

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA PARA JORNALISTAS

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA

ELIZABETH REBOUÇAS DE ALBUQUERQUE

FORTALEZA, 29 DE SETEMBRO 2000

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA

ELIZABETH REBOUÇAS DE ALBUQUERQUE

Orientador: FRANCISCO DE ASSIS SOARES

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade para obtenção do grau de
Especialista em Economia

FORTALEZA-CE


2000

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Economia para Jornalistas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Especialista em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.



Elizabeth Rebouças de Albuquerque



Francisco de Assis Soares
Professor Orientador

Monografia aprovada em 29 de setembro de 2000.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
SUMÁRIO	vii
1. INTRODUÇÃO	01
2. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE MERCADO DE TRABALHO	03
2.1. O que é desemprego e os tipos	03
2.2. O que é Mercado de Trabalho	06
2.3. A força do trabalho	07
2.4. Os indicadores	09
3. O DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA	11
3.1. Fontes de Pesquisa	13
3.2. Os efeitos dos Planos Collor a Marcílio	14
3.2.1. O efeito do Plano Real no Mercado de Trabalho	17
3.3. Serviços alavancaram vendas	19
3.4. O crescimento da força de trabalho	21
3.5. Cresce a inatividade	25
3.6. Ocupação de desemprego por idade	27
3.7. O comportamento da taxa de desemprego	29
3.8. Informal no limite	31
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO	34
4.1. A Concepção Neoliberal de Pleno Emprego	36
4.2. A Implantação do SINE no País	38
4.2.1. O SINE no Ceará	39
4.2.2. O surgimento do IDT	40

4.3	A Intermediação da mão-de-obra	43
4.4	Atendimento do Seguro-Desemprego	45
4.5	Qualificando o trabalhador	47
4.6	Programas de Financiamento – PROGER	49
5.	CONCLUSÃO	51
6.	BIBLIOGRAFIA	53
7.	ANEXOS	
	ANEXO A – Discurso do governador Tasso Ribeiro Jereissati	
	ANEXO B – Tabelas sobre desempenho do Mercado de Trabalho	
	ANEXO C – Metas do Sine/IDT – 1990 a 1999	

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma monografia ou de uma tese é feita de troca, paciência, solidariedade e solidão. A preparação deste trabalho representou, para mim, momentos de reflexão e de dúvida, pois sua tematização implica na escolha de caminhos às vezes tortuosos e, às vezes, fáceis. Assim, agradeço ao Deus que me deu a vida, por iluminar as minhas trilhas, e aos meus pais, Waldemar Rebouças e Maria Alzenir de Carvalho Rebouças, que sequer concluíram o ensino primário, por me legarem o dote da educação.

Sou grata especialmente, ao meu orientador, prof. Francisco Soares, que aceitou minhas justificativas para mudança de tema e me recebeu sempre com um sorriso, após as demoras nos contatos, e por, mesmo assim, ter acreditado na possibilidade de eu chegar ao fim deste trabalho. Cada questionamento dele abria caminhos no meu pensar para questões despercebidas. Porém, quero deixar claro que os possíveis equívocos aqui contidos, são de minha e inteira responsabilidade.

Agradeço ao secretário do Trabalho e Ação Social, Edilson Azim Sarriúne que autorizou a liberação das pesquisas realizadas pelo Sine e IDT, superando assim meses de espera e burocracia. Para ter este acesso ainda contei com a ajuda do coordenador do Sine, João Osmar Santos Paiva, do diretor técnico do IDT, Inácio José Bessa Pires, além do gerente de intermediação Carlos Augusto de Sousa, que teve a delicadeza de ligar avisando quando os dados já estavam disponíveis.

Ao coordenador de imprensa do Governo do Estado, Denísio Pinheiro, mais amigo do que chefe, meu muito obrigado pelas diversas liberações do ponto e com isso conseguir tempo para a coleta necessária de dados. Meu muito obrigado aos jornalistas Pedro Paulo e Cristina Pioner que abriram o setor de pesquisa dos jornais O Povo e Diário do Nordeste, respectivamente, para coleta de dados. A Luciana, colega de trabalho, que pacientemente me tirava as dúvidas no manuseio do computador.

Confesso que houve momentos em que relutei, pensei realmente em desistir, dada a fragmentação do meu tempo e as dificuldades operacionais. Porém, o tema é tão amplo e apaixonante para se trabalhar que quando menos esperava estava lendo, pesquisando e entrevistando alguém sobre o assunto. Quase que concomitante, surge um coral de vozes da consciência, que fez eco no meu ego e me deu força para prosseguir. Este coral foi formado por Alessandra, Aline, Hebert e Victor Ennio, meus filhos muito queridos.

Todo coral que se preze tem um regente. No meu, não houve exceção. Ao Humberto, com quem divido todos os meus encantos e desencantos, ao longo desses últimos 22 anos o meu muito obrigado. Sem essa solidariedade, nada teria acontecido. Cresci no conhecimento, na paciência, amizade e amor.

Por tudo isso, valeu a pena.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do comportamento do mercado de trabalho em Fortaleza, ao longo dos últimos 10 anos. As pesquisas utilizadas para sua realização foram as divulgadas mensalmente pelo Sine, no Ceará, e são termômetros reais de como anda a nossa economia. Desde o começo da década, é grande o número de pessoas que sobrevivem na informalidade, confeccionando, comprando e vendendo os mais diversos produtos: do corte de cabelo à confecção do sapato, da lavagem de roupa ao detergente caseiro, do guia de turismo ao vendedor de bombons, todos buscando a sobrevivência. Nessa década o Governo também estimulou a criação de indústrias e cooperativas, algumas de fachada, porém o setor que mais cresceu foi o de serviços. Outro indicador que nos chama atenção é o aumento do número de pessoas na inatividade. Ao longo do período, enquanto a População Economicamente Ativa-PEA- cresceu 6.90% a População Não Economicamente Ativa- PNEA- pulou para 26,54%. Outro detalhe do mercado de trabalho em Fortaleza, diz respeito as políticas públicas. São programas conservadores e inerciais, que só se justificam numa cultura tutelar de submissão. Não é só o balcão de emprego, é a procura que aumentou e o número de vagas criadas que diminuiu. É a qualificação inadequada e a necessidade do Governo favorecer condições financeiras que vão além do seguro-desemprego, para a pessoa abrir o seu próprio negócio, se assim o desejar. Surgiu recentemente, o Programa de Geração de Emprego e Renda- Proger. Muitos dos atendimentos são inviabilizadas pelos esquemas de financiamentos, dadas as exigências burocráticas e taxas de juros, ocasionando um atendimento inconsistente. Por tudo isso, se constata que o Fortalezense, em geral, tem um padrão salarial pervertido. O nosso desenvolvimento econômico, ao invés de promover uma homogeneização, criou ou ampliou uma série de desigualdades.

1. INTRODUÇÃO

A Origem desta monografia resulta de experiências distintas, a começar pelo meu curso de Especialização em jornalismo econômico, 1998, onde algumas questões sobre economia do trabalho despertaram minha curiosidade. Coincidentemente, naquele período trabalhava na assessoria de imprensa da Secretária do Trabalho e Ação Social, e uma das tarefas era organizar as entrevistas coletivas para o anúncio mensal da pesquisa sobre a taxa de emprego e desemprego de Fortaleza.

A pergunta-chave foi: Qual o comportamento do Mercado de Trabalho ao longo dessa década, em Fortaleza, vez que passamos todo o período em mãos politicamente comuns, o partido do Governo Federal – PSDB – sendo o dominante no Governo do Ceará – (com Tasso, Ciro e Tasso) e o PMDB, partido como oposição, no Ceará, porém coligado no âmbito federal. Quem não recorda dos “out doors” para a campanha eleitoral de 1966, nos quais estavam lado a lado, Juraci Magalhães e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, passei a me interessar mais ainda pela análise da atual situação ligada ao mercado de trabalho, ao perceber que aí residiam problemas de teoria econômica e de política, ou mais de política do que de economia. A tentativa é trazer questões que permitam pensar o nosso mercado de trabalho, de forma clara, objetivando seu entendimento não apenas pelo círculo universitário, mas pelo cidadão comum, como se diz popularmente, pelas pessoas de poucas letras. O faço, no entanto, sem nenhuma pretensão de apropriar-me de verdade. Espero que o Espírito Santo ilumine meus pensamentos e me ajude a expressá-los de forma correta.

Então, nada melhor que começar o capítulo I, pelos conceitos. Para um melhor entendimento das nuances e dicotomias existentes em termos como: desemprego, emprego, mercado de trabalho, salário e população economicamente ativa, entre outros tão comuns no linguajar dos noticiosos.

O capítulo II inicia o cerne do trabalho. As publicações dos indicadores do Desemprego e Ocupação do Sistema Nacional de Emprego/ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho -Sine/IDT, durante o período de 1990 a 1999, formaram a base para analisarmos o comportamento do mercado, inclusive com os efeitos dos planos econômicos vigentes ao longo desses 10 anos. Será que a informalidade é a mesma do começo da década ou foram gerados postos de trabalho suficientes para ocupar a quantidade de mão-de-obra disponível? Quem está na bola da vez? Os serviços ou a indústria? São algumas das questões abordadas.

Já no terceiro capítulo, fundamentamos com a abordagem das políticas públicas, desenvolvidas via Sine, no Ceará, através dos serviços de intermediação da mão de obra, qualificação do trabalhador, financiamentos aos pequenos e o seguro-desemprego. Além de abordar o surgimento da primeira organização social do estado, o IDT. Toda essa seqüência nos leva a concluir que saímos de uma situação de desemprego disfarçado para de desemprego aberto elevado com aprofundamento das desigualdades sociais.

2. Conceitos Básicos Sobre Mercado de Trabalho

Qual é o maior problema do Brasil? Até bem pouco tempo, a resposta era: Educação, Educação e Educação. Hoje, as recentes pesquisas populares indicam outras três respostas: Desemprego, Desemprego e Desemprego. Porém, este problema não é só nosso, fortalezense ou brasileiro, mas tem aspectos mundiais. Em recente artigo, o professor do Instituto de Tecnologia de Massachusets e colunista do The New York Time, Paul Krugman afirma que os três problemas fundamentais da Europa são Empregos, Empregos e Empregos.

“Os três problemas fundamentais da Europa- os problemas que a União monetária deu aos europeus uma desculpa para ignorar- são empregos, empregos, empregos. Por trás desse desempenho fraco do emprego reside o fenômeno da “euroesclerose”: um mercado de trabalho tão cheio de normas e regulamentações governamentais que as companhias européias têm pouco incentivo para criar novos empregos, especialmente os de salários baixos que nos Estados Unidos representa um primeiro passo de entrada de jovens no mercado de trabalho” (Jornal Valor Econômico, dia 4 de maio de 2000, pág A-15)

Então, que leitura podemos fazer? Que o mercado de trabalho vem sofrendo transformações. Essa é uma realidade mundial e estamos nós, aqui, sentindo os sintomas iniciais. Porém, antes da abordagem desse assunto, que será no capítulo dois deste trabalho, vamos entender o significado de algumas palavras-chaves aqui colocadas: emprego, desemprego e mercado de trabalho, bem como explicar o que são os indicadores de desemprego. Para os conceitos se tornarem mais claros utilizaremos exemplos, alguns dos quais verídicos, como o assunto de matéria publicada na edição do dia 6 de fevereiro de 2000, do Diário do Nordeste, com o título: “Árvore serve de moradia para desempregado”.

2.1 O que é desemprego e os tipos

Veja a seguinte situação: Airton da Silva, 22 anos, resolveu deixar sua Itatira e vir para Fortaleza, em busca de emprego. Aqui, não tem parentes, nem aderentes. Construiu uma casinha

com pedaços de madeira, num galho de oiti, na praça do colégio Justiniano de Serpa. Com a carteira de trabalho em mãos, bateu nos canteiros de obra. Queria ser servente, pedreiro ou qualquer coisa. Este exemplo tipifica o que se denomina de desempregado. O desemprego ocorre quando a pessoa não desenvolve atividade produtiva porém está buscando uma chance em consegui-lo.

Tem autor que chama este tipo de Desemprego Friccional. Aí, se incluem outras situações. O trabalhador que já teve carteira assinada e sai para tentar conseguir outro emprego, com melhores condições. São pessoas desempregadas temporariamente, ou porque estão procurando emprego ou estão num processo de mudança de emprego.

O Airton continua sua peregrinação. Não conseguiu emprego e o pouco dinheiro que trouxe está no fim. Ele resolve então, bater nas residências e se oferecer para limpar os jardins e quintais, pasturar carro e assim, consegue diariamente uma grana, e continuar sobrevivendo. Ele disse que ganha até R\$ 30,00 por semana. Parte do dinheiro manda para a mãe que ficou com outros oito irmãos menores. Então, o Airton agora está na faixa considerada como Desemprego Oculto por trabalho precário, pelo fato de nos últimos 30 dias ter feito biscate e continuar buscando emprego formal, aquele com carteira assinada. Ele continua desempregado involuntariamente, pois deseja trabalhar ao salário ofertado pelo patronato, porém não encontra emprego. Há também, quem denomine esta situação de Desemprego Involuntário.

Um ano se passa e Airton continua sobrevivendo dos biscates. Ele já não pára nos canteiros de construções, pois o não já lhe dói ao ouvi-lo. Ficou desalentado. Este exemplo ilustra a afirmativa do professor Cláudio Salvadori Dedecca, da Unicamp, ao abordar os Conceitos e Estatísticas Básicas do Mercado de Trabalho:

“As conjunturas econômicas muito desfavoráveis podem desestimular a procura de trabalho, criando uma situação de desocupação mais prolongada que induz o desempregado a perder suas esperanças de obter, em curto prazo, um novo trabalho. Esse é o desemprego oculto por desalento.”(DEDECCA, Cláudio Salvadori, 1998, p 101)

Antes de Airton chegar na fase de desalento, teve momentos de esperança. Soube que um supermercado estava com vagas para vendedores. Resolveu se candidatar. Foi de balde, ao esbarrar na exigência: Noções em Computação. Não tem jeito. É melhor ganhar os R\$5,00 da dona Maria, da dona Laura, da Joana, do seu Lázaro, pelo corte da grama, limpeza das grades e janelas, lavagem do carro. O motivo pelo qual ele perdeu a chance de ocupar a vaga do supermercado, tem autor, como o Carlos Roberto Martins Otto, no seu livro Princípios de Economia, que o denomina de Desemprego Estrutural, pois decorre das alterações estruturais na economia. Se tornam desempregados por falta de instruções, qualificações e capacitações. Às vezes, os profissionais têm conhecimentos, porém já ultrapassados, devido principalmente as mudanças tecnológicas.

As águas de março chegam. Airton se enche de esperança e volta para a sua Itatira. Vai plantar milho e feijão, no pedaço de terra. As pessoas que dependem do tempo, para conseguirem trabalho se enquadram na definição de Desemprego Sazonal. Há variações na oferta de trabalho em diferentes épocas do ano. Para entender melhor, os comerciários conseguem mais postos de trabalho durante os meses de novembro e dezembro, em virtude das vendas aumentarem por causa das festas de final de ano (é a roupa nova, o presente, o término de cursos, mesas mais fartas...).

Outro tipo de desemprego é o Voluntário. Ele ocorre quando o trabalhador já está numa vaga do mercado formal de trabalho (aquele com carteira assinada) porém pede para sair, para buscar melhores condições de trabalho ou de salário. Vamos imaginar o Airton, recebendo o convite para deixar sua quitanda e ser sócio de uma mercearia. Enquanto ele abre o novo negócio, fica sem trabalhar. Este é um dos vários exemplos que existem de desemprego voluntário¹

1. Leia mais sobre o assunto: "Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho", de Jorge Eduardo Maltos- Economista e pesquisador da Ceset.

2. 2- O que é mercado de trabalho

Então, a condição de ocupação decorre de vários regimes de mercado. No capitalismo moderno, o regime de trabalho dominante é o assalariamento, seguido pelo salário independente e pela condição de empregador. Esses regimes são formais ou informais.

Hoje, está na moda falar sobre mercado, como se esta noção fosse inteligível por si mesma, independentemente de qualquer outra referência. Mercado é o local de compra e venda. É o comportamento mercantil, diria John Smith. E o que é, então, Mercado de Trabalho? Como defini-lo? A explicação mais simples que encontrei foi passada em sala de aula, na disciplina Economia do Trabalho, pelo professor e pesquisador do Caen, Antônio Lisboa Teles da Rosa. É o local onde os trabalhadores e empresários se confrontam e decidem os valores a serem ganhos e pagos e as condições para execução dos serviços. Se essa interação é regulada por instituições, estamos diante do Mercado de Trabalho Formal, aquele com carteira assinada.

Se, nesse mercado, não há regulamentos determinando as condições de emprego, o empregado passa a gerenciar seu próprio negócio, não tem patrão, está no Mercado de Trabalho Informal. Ainda imaginando uma nova situação para o Airton. Ele resolveu abrir uma quitanda e vender a safra de feijão e milho entre outros produtos que comprou com o dinheiro que juntou nos biscates em Fortaleza. Ele está no mercado informal.

Então, o que se entende dessa operação. Ela se concretiza se houver três componentes: os empregadores, os trabalhadores e as instituições. O professor Lisboa resume esse movimento da seguinte forma:

“O mercado de trabalho reflete como se estrutura e se desenvolve a economia. Em períodos de desaceleração, eleva-se o desemprego e o subemprego. Além disso, em decorrência de mudanças estruturais (tecnológicas), percebe-se também uma redução dos postos de trabalho. O resultado disto nos permite avaliar o desempenho da economia, através da comparação do crescimento do produto e da produtividade, que determinam como está crescendo o emprego. Comparando isto com a estrutura do crescimento populacional e da força de trabalho, pode chegar-se à magnitude do desemprego” (anotações).

2.3 A força do trabalho

O município de Fortaleza mantém um patamar histórico de desemprego que, aos poucos, foi subindo e já atinge mais de 10% da População Economicamente Ativa –PEA. Ou seja: mesmo quando a conjuntura é favorável, a expansão (crescimento) do mercado de trabalho não consegue ter vagas para todos os desempregados. Nessa afirmativa, nos deparamos com um conceito novo a ser explicado. O que é PEA? Será que o nosso artista, o Airton, se inclui nessa PEA? Claro que sim. Ele é uma força de trabalho. Faz parte da parcela da população capaz de realizar alguma atividade produtiva, quer esteja empregada, procurando emprego, no mercado informal ou sendo patrão, industrial, empresário, prestador de serviços... Ou seja, a PEA é constituída de pessoas ocupadas (População Ocupada) e de pessoas em situação de desemprego.

Se acrescentarmos a essa PEA a parcela da população composta estudantes, doentes, donas de casa, aposentados, estaremos diante de um público que vai formar o que economicamente se chama de População em Idade Ativa (PIA). Podemos dizer que é a população que se encontra na faixa dos 10 aos 65 anos. Este limite é genérico, porém há exceções. Quantas pessoas com mais de 65 anos continuam trabalhando e desenvolvendo atividades? Inúmeras. É a parcela de que uma sociedade pode dispor para a realização da sua produção, ou como diz o professor Lisboa, “é parte da população que está numa faixa etária considerada capaz de se integrar à produção”. Os limites de idade da PIA variam de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país. Tem país que aceita o trabalho infantil e, nesse caso a PIA começa na faixa dos 10 anos. No Brasil, a nossa legislação (Lei Federal n. 8069 de 13 de julho de 1990) proíbe o trabalho a menores de 14 anos, permitindo entretanto, o trabalho na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos de idade.

“Aos adolescentes de 14 a 17 anos, são proibidos trabalhos em atividades insalubres, atividades perigosas ou penosas, trabalho noturno, trabalhos que envolvem cargas pesadas, jornadas longas e ainda trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social.”

O Brasil e mais 26 países ratificaram um tratado que proíbe as piores formas de trabalho infantil, e que está em vigor desde 19 de novembro de 1999. Nesse tratado, se exige que os

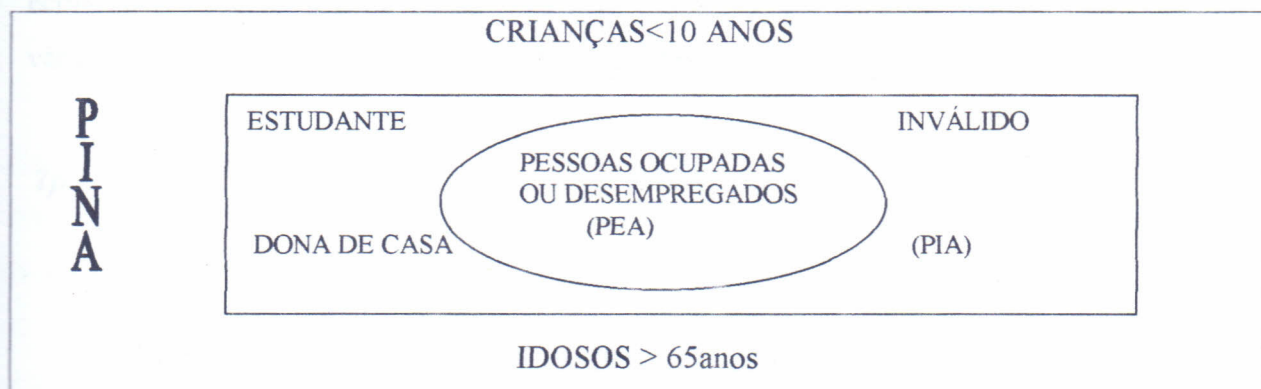
signatários impeçam que crianças façam trabalhos perigosos, como em minas, e tenham ocupações ilegais, como a prostituição, a pornografia e o tráfico de drogas.

As principais causas do trabalho infantil estão associadas à miséria e à exclusão social. Para as famílias pobres, a contribuição dos ganhos de uma criança, na composição da renda familiar, pode representar a possibilidade de sobrevivência. As condições da infância e da adolescência no Brasil passaram a ter mais divulgação a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Quatro anos depois, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil com o apoio da OIT e Unicef. Este Fórum é composto por mais de 30 entidades entre não governamentais e governamentais, sendo quadripartite (Governo, Trabalhador, Empregador e ONG's).

De acordo com as últimas estimativas da OIT, “uns 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham tempo integral ou parcial nos países em vias de desenvolvimento. Em 61% na Ásia, 32 % na África e 7% na América Latina.” (Trabalho Infantil en el mundo- OIT, 1998, folder). As estatísticas indicam a existência de 3,8 milhões de crianças brasileiras, entre 5 e 14 anos de idade, inseridas no Mercado do trabalho, sendo que a maior parte- 3,3 milhões- exercem atividades profissionais na plantação de cana-de-açúcar, na produção de carvão vegetal, em carvoarias, cultivo de erva mate, em olarias, serrarias e colheitas de algodão. Em Fortaleza, os dois problemas mais graves de trabalho infantil são o emprego doméstico e os jornaleiros.

Então, essa população que não está à procura de emprego, está na inatividade, forma a População Não Economicamente Ativa (PNEA). E, os que são exatamente os menores de 10 anos e os maiores de 65 anos entram na explicação de População em Idade Não Ativa (PINA). Se juntam a PIA e temos a População Total. (PT). Veja a figura com demonstrativo da PIA, PEA, PINA, PNEA e PT.

Figura.1



$$PT = PINA + PIA$$

2.4- Os Indicadores

Outro conceito que precisamos para o trabalho ficar entendível é como se calcula a taxa de desemprego. Por exemplo: Os dados da Pesquisa Mensal sobre Ocupação e Desemprego, realizada pelo IDT, revelam que em dezembro de 1999, havia 94.803 candidatos ao mercado de trabalho, de cujo exemplo citamos o Airton. Este número representa 12,12% da PEA. Assim a Taxa de Desemprego é a relação entre o número de desempregados (D) e o total da força de trabalho (PEA) ou seja:

$$Td = \frac{D}{PEA} \times 100$$

ou

$$Td = \frac{D}{E + D} \times 100$$

Já o Índice de Emprego é a relação entre o volume de empregados (E) e o total da força de trabalho (PEA)

$$Te = \frac{E}{PEA} \times 100$$

ou

$$Te = \frac{E}{E + D} \times 100$$

ou

$$Te = 100 - Td$$

A Taxa de Participação é a proporção da população em idade ativa (PIA) e a economicamente ativa (PEA). Através dela é possível a análise do mercado de trabalho em vários ângulos, por exemplo: por faixa de idade, sexo....

$$Tp = \frac{PEA}{PIA} \times 100$$

A Taxa de Ocupação expressa o peso da população ocupada (PO) na população economicamente ativa.

$$To = \frac{PO}{PEA} \times 100$$

Taxa de Assalariamento permite avaliar a importância da população empregada na população ocupada total:

$$Ta = \frac{PA}{PO} \times 100$$

A taxa de desemprego total é calculada dividindo-se a população desempregada pela população economicamente ativa:

$$Tdt = \frac{Pd}{PEA} \times 100$$

A taxa de desemprego aberto é a proporção da força de trabalho e a parcela desempregada que busca emprego há 7 ou 30 dias.

$$Tda = \frac{Pda}{PEA} \times 100$$

3- O desempenho do Mercado de Trabalho em Fortaleza

Os estudos sobre o emprego são marcados por concepções teóricas muito distintas e que implicam em medidas divergentes. O mercado de trabalho vem passando por transformações que se tornaram mais enfáticas, nessa década. Elas são relativas às mudanças no padrão demográfico, da maior participação da mulher, das dificuldades de inserção do jovem até 25 anos e do maior de 40 anos, como também do acentuado crescimento das pessoas ocupadas em atividades informais. Assim, ainda hoje, dentre o contingente de desempregado há quem espere pela “graça de Deus” para conseguir um emprego, fato comprovado em simples indagações nas procissões e nos votos dos penitentes. (Os motivos básicos são desemprego e saúde)

O advogado e mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica-PUC, José Francisco Siqueira Neto, em Trabalho sobre Flexibilidade e Reforma do Sistema Nacional de Relações do Trabalho diz que as características gerais do mercado de trabalho no Brasil, podem ser resumidas pela incidência de alta rotatividade; pelo elevado contingente de mão-de-obra desqualificada; pelo desnível salarial acentuado; pelos baixos salários; pela escassa geração de empregos formais; pela informalidade e pelo desemprego crescente. (NETO, José F.S, 1998, p.221).

Quando o assunto é desnível salarial, o exemplo é a disparidade ainda existente entre os salários pagos as mulheres e os pagos aos homens, em funções iguais. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1999, realizada pelo IBGE, se um homem ganha R\$100,00 a mulher consegue R\$60,70. Em Fortaleza, também se constata que o eixo da economia vem se deslocando da atividade industrial, também estimulada nessa década, para o setor de serviços, o que tornou os novos empregos surgidos mais precários.

Com as relações de trabalho decrescentes, ficou mais difícil melhorar de vida, nessa década. Veja o que constatou a PNAD. O trabalhador brasileiro saiu da crise de desvalorização do Real e da estagnação econômica de 1999 com uma perda de 7,1% em seus rendimentos, em relação aos ganhos médios auferidos em 1998. Se, hoje é difícil melhorar de vida até mesmo para

quem possui maior grau de instrução, imagine o malabarismo que os menos educados formalmente fazem para manter o emprego.

O mercado se mostra seletivo em relação as demissões. Primeiramente, são atingidos aqueles trabalhadores menos experientes mas, na medida em que continua o processo recessivo, expandem-se as demissões, passando a atingir os mais experientes e qualificados. Segundo estudo feito pela demógrafa Flávia Cristina Drumond, de Minas Gerais, e publicada pelo jornal Folha de São Paulo, (Folha Dinheiro, dia 22 de maio, de 2000), o mercado de trabalho é mais competitivo. Ela diz que hoje, na maior parte das vezes, para uma pessoa subir outra teve que descer. Não se trata de paródia a música das “Meninas”, mas uma dura realidade.

É, essa dura realidade que iremos constatar, ancorada pelas pesquisas do Sine/IDT, nesse capítulo. Porém, antes de começar o manuseio dos números, de início, para um melhor entendimento, vamos saber se as fontes de pesquisas traduzem a mesma realidade? Em que o Sine/IDT, o IBGE e o Dieese diferenciam as aplicações e se os resultados apresentados são comparáveis? Veremos à seguir, de forma bem concisa.

3.1 Fontes de Pesquisas

No Ceará, as pesquisas sobre índice de emprego e desemprego são realizadas pelo Sine/IDT. O IBGE e o Dieese fazem em outros Estados. O IBGE realiza essa pesquisa nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O Dieese junto com a Fundação SEADE realiza em São Paulo, Distrito Federal e nas regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador. Porém ao se comparar os resultados, todos são diferentes. Aliás, nem dá para compará-los.²

A polêmica está na classificação do trabalhador como empregado ou desempregado. O IBGE considera algumas atividades precárias realizadas por determinados trabalhadores como emprego. Por exemplo: O Airton fazendo biscates pelas ruas de Fortaleza, seria empregado, enquanto que para o Dieese ele está no rol dos desempregados. A idade mínima no IBGE é 15 anos e no Dieese, 10 anos. Desde o ano passado que técnicos do Dieese, do IBGE e do Sine/IDT discutem um jeito de encontrar uma fórmula comum aos três. Até agora, o resultado desse denominador comum é desconhecido do público, portanto, inaplicado.

O Sine/IDT, segundo seu diretor técnico, José Inácio Bessa Pires fica no meio termo, embora se assemelhe mais ao Dieese. Faz desde 1984 o cálculo do desempenho do mercado de trabalho em Fortaleza, sem que nesse período, tenha modificado a base de seus cálculos. Conta a PIA a partir dos 10 anos. Se a dona de casa resolveu procurar emprego nos últimos 30 dias ela entra na estatística como desempregada e não como inativa, do IBGE. É por isso, que a taxa de desemprego se fosse calculada pelos três órgãos, aqui, daria bem maior no Dieese, em segundo patamar ficaria o do Sine/IDT e depois, bem menor o do IBGE. O Iplance calcula o preço da cesta básica e o Dieese o registro da inflação. Inácio explica que embora esses organismos apliquem o conceito universal de desemprego em parcelas diferenciadas, ambos conseguem, captar direito o comportamento do mercado de trabalho.

² Mais informações no e-mail do Dieese, em elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil.

Quadro.1 As principais diferenças entre IBGE e Dieese

Situação do cidadão	DIEESE	IBGE
Não trabalhou e procurou trabalho, na semana	Desemprego aberto	Desemprego aberto
Procura trabalho há 30 dias	Desemprego aberto	Inativo
Sem trabalho na semana e sem procurar nos últimos 30 dias, porém em busca nos 12 meses	Desemprego oculto	Inativo
Com procura de trabalho e trabalho irregular nos 30 dias	Desemprego Oculto	Ocupado
Com trabalho não remunerado em entidades filantrópicas e sem procurar trabalho	Inativo	Ocupado
Sem procurar trabalho há 30 dias, com procura nos 12 meses e realização de trabalho irregular nos 30 dias.	Desemprego oculto	Ocupado

Fonte: Dieese

3.2 Os efeitos dos planos econômicos- De Collor a Marcílio

O primeiro quinquênio da década de 90 foi recheado de planos econômicos que objetivavam combater a inflação. Em 1990, surgiu o Plano Brasil Novo, que ficou conhecido como Plano Collor (PC). Na realidade, teve uma vida ínfima de dois meses, março e abril daquele ano, pois em maio eram anunciadas algumas mudanças no plano, e foi batizado de plano Eris. Ambos ortodoxos e recessivos. Na época, houve confisco temporário (18 meses) de 70 % dos ativos financeiros; medidas de controle da moeda e do crédito, com forte elevação da taxa de

juro, congelamento temporário dos preços e novas regras para os aluguéis e salários; reforma do estado com dispensa de 150.000 servidores e desmantelamento de muitos órgãos públicos. Desde o seu lançamento já havia o temor dele ser rejeitado pelos trabalhadores, pela desconfiança das intenções.

Esse plano teve êxito ao baixar a inflação de 82% em março de 90 para 3% no mês seguinte, abril. Em Fortaleza, com 22 dias de implantação do PC a taxa desemprego aberto, em 13,16%, havia crescido 50% em relação a dezembro de 89, quando o índice chegou a 8,05%. O exemplo é notório do drama. Faltou ao plano uma combinação de políticas fiscal, monetária e de renda. O Plano Eris teve caráter monetarista e acelerou a inflação que passou de 6% em maio para 20% em dezembro. A taxa de desemprego, em nossa cidade, em maio já estava no patamar de 15,52% , com um detalhe: 52% dos desempregados perderam emprego entre os meses de abril e maio. A média alcançada no ano foi 12,58%, significando em termos percentuais um aumento em quase 25%. As atividades informais aumentaram de março a dezembro de 90 de 44,82% para 52,21% . Nesse primeiro ano, o país bateu recordes de desemprego não alcançados nem nos períodos mais negros da recessão entre 1981 e 1983. Somente entre janeiro e outubro de 90, o Brasil perdeu 312.613 empregos e o Ceará ficou com um saldo negativo de 2.210.

E, a briga para conter a inflação pelo governo de Fernando Collor continua. Ele tenta novamente e anuncia em janeiro de 1991 o plano Collor II, que durou até abril. Houve congelamento de preços combinando com um tarifaço dos preços públicos. Para se ter noção do efeito desse plano no mercado de trabalho local, basta pegar a categoria dos comerciários, que no quinto dia de vigor do PC-II, estava homologando 379 rescisões, o que dá uma média de 74 ao dia, e o número significou um percentual de 30% a mais do registrado em janeiro de 90

Um mês depois do Plano Collor estar em vigor, o ex-ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, assinava artigo, no jornal O Estado de São Paulo, com o título: Insucesso garantido, no qual afirmava a necessidade de reforma, pois sem elas o congelamento “não passa de um esforço para baixar febre de um paciente que precisa de uma cirurgia difícil e delicada. Passado o efeito do analgésico, a febre retorna com rigor”. Ele acertou no prognóstico. A inflação sobe de 7% em maio de 91, para 10% em junho.

De maio de 91 a outubro de 92 vigorou o Plano Marcílio, um programa considerado pelo ex-ministro da economia, Luis Carlos Bresser, “ineficiente, gradualista, rigorosamente ortodoxo e patrocinado pelo FMI”. Nesse período, as taxas reais de juro subiram ao patamar de 40%, mantendo a economia em permanente recessão. Em Fortaleza, o resultado foi a perda recorrente de postos de trabalho no conjunto da economia, ou seja, os seus efeitos são aceleradores da tendência estrutural. De setembro de 91 a julho de 92, a taxa de desemprego em nossa cidade foi de crescimento contínuo.

O Boletim de análise do Sine, de janeiro a março de 92, constata que a Indústria de transformação no Ceará, segundo a Lei 4923/ 65 apresentou um saldo negativo de - 2.143 postos de trabalho, contra -3 626 no mesmo período de 91. Esses dados refletem a maior seletividade nos cortes de postos na indústria, na medida em que se aprofunda a recessão. Em Fortaleza, o resultado foi parecido. O saldo negativo na indústria caiu de -2331 em 1991, para -1708, em 1992; No comércio caiu de -1.793, em 91 para -1935, em 92, ao passo que nos serviços caiu de um saldo positivo de 392 postos de trabalho em 91, para -263 em 92.

A taxa de desemprego registra o primeiro e ligeiro declínio, caindo de 14,35% em julho para 13,64% em agosto de 92, provocado pelos empregos gerados no período de disputa eleitoral, inclusive houve alguns “trens da alegria”² na Prefeitura e na Câmara Municipal. É porque a Constituinte de 88 restringiu esse festival de nomeações, introduzindo a obrigatoriedade do concurso para preenchimento de cargos públicos. Porém, os cargos em comissão - direção e confiança- se multiplicam aos milhares.

Esse emprego sazonal beneficiou em 90% mais os jovens, na faixa entre 14 e 19 anos, pois não exige estudos nem experiência: basta disposição para ficar em pé, o dia inteiro, portando bandeiras ou entregado adesivos e folderes nos corredores de tráfego mais intenso, dos candidatos aos cargos, quer eletivos ou majoritários. Fato que se justifica pelos baixos custos de seus serviços e pela inexistência de vínculos empregatícios. São prestadores de serviços. “Tava sem emprego há mais de ano. Agora, tô com esperança. Se ele ganhar.... vai me ajudar, né?”

² Nome dado pelos jornalistas políticos para a relação de contratados sem concurso público

No final do plano, em outubro de 92, era de 12,25% o desemprego aberto e a taxa de ocupação era 39,62%. Das 620.461 pessoas compondo a PEA, 52,46% estavam em atividades informais, com desempenho estável na indústria de transformação e na construção civil. O economista do Sine, Marinaldo Clementino Braga, em agosto de 91, comentava que a cada implantação de um plano econômico, as taxas de desemprego aumentaram em Fortaleza. Ele diz mais que com a redução do nível de emprego e da massa salarial, o consumo agregado se retrai atingindo a indústria de consumo assalariado e o comércio em geral. A continuidade da queda do investimento e do consumo acaba atingindo o subsetor serviços. Porém, como ressalta Ana Mathias, no livro "Vivendo sem trabalho", Apesar do desemprego existente, isto não impede o dinheiro de circular, os investidores de investir, as financeiras de especular, os moralizadores de continuarem seus discursos e o mundo de girar....(Mathias, 1979:p.14)

Depois da recessão vivida entre 1990 e 1992, a partir de 1993 houve retomada no crescimento e voltaram as aplicações tanto aqui quanto no mercado nacional por meio da compra de ativos via privatização. O capital começou a entrar no país atraído pelas altas taxas de juros praticadas pelo governo Federal, como parte do programa de estabilização nacional que criou o Real.

3.2.1 O efeito do Plano Real no Mercado de Trabalho

Vale a pena ver de novo, ou melhor, relembrar. Com a reputação de homem honesto e nacionalista, o mineiro Itamar Franco governou interinamente o Brasil, depois do impeachment do presidente Fernando Collor. Assumiu em 02 de outubro de 1992. Em 1.º de julho de 1994, sendo o ministro da economia, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, houve o anúncio do plano Real. Entrou em vigor uma nova moeda, o Real, em substituição ao Cruzeiro Real. Não houve congelamento de preços nem, confiscos. A inflação desabou de 50% em junho para 4% em julho.

Os instrumentos de política econômica da medida provisória do Real, com juros elevados, contenção da renda disponível e congelamento dos salários são tipicamente recessivos. O juro

alto impede o aquecimento da economia ao inibir o uso do crédito para quem não tem dinheiro no curto prazo para o consumo e inibe a produção ao tornar mais caro o capital de giro e a manutenção do estoque. A tendência do empresariado foi investir pouco e esperar para ver se muda a situação.

Em meio a incerteza e desconfianças, o plano vai obtendo alguns resultados positivos, com a estabilidade no desemprego aberto e a posterior queda nos índices. Nos três primeiros anos da vigência do Real- 94, 95 e 96, pegando os meses de dezembro, sempre registraram taxa de desemprego inferiores a 10 %. As coisas mudam a partir de 97, quando o desemprego alcança o percentual de 11,57%. No ano seguinte, fica em 14,80% e, em 1999 cai para 13,57%.

Em 95, apesar da taxa ser inferior aos dois dígitos, os números do desemprego cresceram um pouco, até por conta dos ajustes ocorridos no Plano, que causaram um desaquecimento da economia cearense, destruindo parte dos postos de trabalho gerados em 94, quando da implantação do Real, que provocou uma reativação do mercado de trabalho. O Real trouxe um achatamento salarial, tanto para os servidores públicos, que amargam atualmente a falta de um reajuste há cinco anos quanto os trabalhadores dos setores de comércio. Muitos magazines e lojas de eletrodomésticos acabaram com as comissões e estabeleceram um salário fixo, que varia de R\$ 180,00 a R\$208,00.

Dirigentes do Sindicato dos Comerciantes informam que de janeiro de 96 a final de maio de 99, eles haviam homologado 44.825 demissões. Somente no ano de 1999, foram demitidos 12.368 trabalhadores, total 1,99% menor do que o registrado no ano de 98. Esse número é traduzido como aumento de desemprego, da rotatividade e o ingresso no mercado informal. O pico do comércio ocorreu em 1996 porém, 1997 começou a desaceleração das vendas e a inadimplência.

A Euforia de 96, na análise do consultor econômico do CDL, Cláudio Ferreira Lima, se deu devido a entrada do país “no mundo da estabilização”, “ quando nem empresários, nem consumidores estavam preparados para a nova realidade”. Se, de um lado, os consumidores pensaram que a renda deles era elástica e compravam imaginando que, sem a inflação, as

prestações seriam estáveis; do outro, os empresários acreditaram que cresceria a renda no País e eles iriam vender, também cada vez mais.

Em 1997, os juros ficaram estratosféricos. Houve os ataques especulativos, as crises dos países do sudeste asiático, da Rússia, que afetaram a economia como um todo. Essa sucessão de acontecimentos resultaram na inibição da atividade econômica atingindo em cheio as vendas financiadas. A palavra financiamento lembra banco e banco funciona com clientes, máquinas e bancários. De acordo com o Sindicato dos Bancários, no período de 1996 a 1998 a categoria perdeu mais de 5 mil vagas. Em 1999, passaram pelo Sindicato 274 homologações. Para o presidente, Tomás de Aquino, o processo de redução da participação do estado na atividade financeira foi o algoz da categoria, sem falar na utilização massiva de máquinas de auto-atendimento e outros equipamentos que implicam na dispensa de trabalhadores.

3.3 Serviços alavancam vagas

A economia cearense, de acordo com dados do boletim do mês de julho do Sine/IDT, cresceu em média 5,8% ao ano, no período de 1970 a 1997. Outro dado interessante sempre ressaltado nas palestras ou entrevistas que a secretária de Planejamento, Mônica Clark, faz é que, nos últimos dez anos o PIB local comparativo ao do Brasil subiu de 1,2% para 2,2%, em 1990. Um crescimento expressivo que está longe de ser comparado à época da expansão do capitalismo glorioso, quando as economias centrais experimentaram taxas de crescimento de sua riqueza com emprego e redução na exclusão social. Aqui, nos deparamos com outra realidade.

O Ceará saiu de uma situação de desemprego disfarçado para uma de desemprego aberto elevado. “E não poderia ser diferente, visto que a agricultura, segundo relatório do Banco Mundial⁴ continua empregando 46% da força de trabalho do estado, a despeito de sua baixa produtividade”. Além disso, conforme o relatório, a política de desenvolvimento industrial tem causado algumas distorções na alocação dos incentivos fiscais, privilegiando mais as grandes

⁴Brazil: Poverty Reduction, Growth, and Fiscal Stability in State of Ceará, junho 1999

empresas em detrimento das pequenas, que são as que mais geram emprego. E com agravante; tal distorção encareceu sobremaneira o custo de geração de um posto de trabalho que é em média, da ordem 45 mil Reais, dependendo do tipo de empresa instalada.

O desenvolvimento tardio da economia cearense transforma o desemprego num fenômeno precoce, no sentido de que a arrancada do crescimento econômico acontece numa época em que o desemprego já atingiu uma dimensão estrutural, com patamares elevados, acima de 10%. É curioso também observar que a expansão da população ocupada na indústria ocorre paralela com o crescimento da ocupação informal, porém esse crescimento não evitou o aumento da taxa de desemprego, pois a demanda por mão-de-obra por parte da indústria não foi suficiente para atender a oferta de trabalho.

Enquanto, o comércio e a construção civil tiveram seus contingentes reduzidos de 24,82% (dezembro de 90) para 20,90% e a indústria de transformação permaneceu estável, com taxa de 17,14% no começo da década, e 17,64% no final de 99; o setor terciário foi o que apresentou um melhor desempenho, nessa década; mais especificamente nos serviços. Este setor é segmentado pela prestação de serviços, a administração pública e atividades sociais.

A participação do setor serviços no total de ocupados passou de 45,04% em dezembro de 1990, para 50,81%, em dezembro 99, com a geração de 52.956 novos postos de trabalho, ampliando seu universo de trabalhadores de 296.161 para 349.117 pessoas. Essa ampliação beneficiou as categorias dos empregos particulares e dos trabalhadores autônomos, com maior ênfase para os primeiros, pois passaram a responder por 53,44% dos ocupados”.

Dentre ainda os subsetores da área dos serviços, que apresentaram um comportamento positivo, vale mencionar o de alojamento, que é entendido como as atividades de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e o de ensino. O alojamento apresentou uma ligeira queda (-16,03%) no total de admitidos, em 1990, mas se recuperou em 99, admitindo 22.821 trabalhadores, que ocasionou, quando comparado ao ano de 90, um aumento de 52,30%. Já o subsetor ensino mostrou uma tendência de crescimento constante. A admissão no ensino se ampliou em 17,18% em 1990 e 55,48%, em 1995.

Parcela considerável dos serviços permanece na área das estratégias de sobrevivência ou de trabalho extremamente precarizado. Contudo, qualquer que seja o fator explicativo para o seu crescimento quantitativo, os serviços vêm se expandindo a taxas espantosas.... “O ato de prestação de serviços impõe contato direto com o consumidor ou cliente e a proximidade com o mercado intermediário ou final. Isso provoca o crescimento do investimento direto no setor” (SINE, 1997, p.26)

Dados encontrados na apostila sobre Mercado de Trabalho, do professor Antônio Lisboa, distribuída entre o pessoal do curso de Especialização em Jornalismo Econômico, indica, tomando como fonte o IBGE, que em meados de 80, Fortaleza concentrava cerca de 62% do valor da transformação industrial cearense, 66% da receita do setor serviços e 65% do faturamento no comércio, enquanto a Região Metropolitana participava com 68%, 70% e 68% respectivamente. Hoje, as atividades mais concentradas em Fortaleza são: o complexo têxtil vestuário, turismo, transportes, instituições financeiras e seguros, educação mercantil e serviços domésticos.

Há também atividades concentradas aqui e que tendem a se deslocar para os municípios da região Metropolitana, são as do complexo metal mecânico, química, calçados, produtos alimentares e bebidas. “ Considerando o foco da exposição, percebe-se a vocação de Fortaleza para o comércio, turismo e transportes, além das indústrias de vestuário e de produtos alimentares e da construção civil, setores estes que se mostram densos em mão de obra e que foram pouco afetados pela reestruturação produtiva, portanto, com razoável capacidade de manutenção ou expansão do nível de emprego”. (LISBOA, Antônio, 1997,p.7)

3.4 O crescimento da força de trabalho feminina

O crescimento da participação feminina, foi sem sombra de dúvida, uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país, desde os anos setenta. Os números registrados pelas pesquisas do Sine/IDT confirmam o que é do conhecimento público, por ser

notório. Em qualquer lugar que se chegue tem a presença feminina, exceto nas funções cardinalícias da Igreja e no comando das Forças Armadas. Fora isso, o toque feminino faz a diferença em profissões tidas como masculinas, tais como engenheiro civil, motorista de ônibus, contador...

Diante de tantas lutas vencidas, a batalha ainda continua. Ainda existe aquela idéia vitoriana de que a mulher nasceu para o lar. Porém, percebe-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho reflete decisivamente na vida afetiva, seja qual for o estado civil. As casadas sentem-se mais seguras de si e menos dependentes financeiramente e afetivamente dos maridos. Passam a ter uma nova visão da realidade. Essa mudança reflete também na construção de um novo homem que aos poucos vai vencendo a postura machista e vai também repensando o mundo ao lado de uma nova mulher que discute com ele o orçamento familiar e exige dele uma maior presença na educação dos filhos e também no cuidado com a casa. . Veja esta conversa entre desempregados, transcrita em “O Averso da Maldição de Gênesis”

“ -Puxa, só tem vaga para mulher? E o outro respondeu:

-É porque agora é a mulher quem tem de trabalhar e o homem quem tem de ficar em casa com as crianças!

-É, esse mundo tá mudando mesmo”. (BOSCO, João, 1999,p.139)

Muitas das mulheres que entraram na adolescência, no início dessa década, sonhavam em ter uma formação escolar, apenas para valorização do seu ego, pois achavam que iam casar, ter filhos, e os maridos teriam condições de sustentar a família. Logo, a realidade decorrente das políticas macroeconômicas aplicadas em nosso país passa a exigir uma mudança no pensar, e a necessidade de sobrevivência as obriga a irem a luta, para complementarem a renda familiar de algum modo. Veja esse depoimento dado a um pesquisador do Sine. A entrevistada teria afirmado: “eu sonhava casar bem e ser feliz. Nunca pensei em trabalhar. Hoje sou mãe solteira e trabalho para sobreviver.” Ou este outro constante da pesquisa “...é muito triste ser pobre, desempregada. Peço ajuda a Deus. Queria condição melhor para minha família(sic) (mulher, avó, 50 anos sem companheiro).

À luz das estatísticas essa realidade é mais fácil de ser observada. De 90 a 99, o número de mulheres chefe de família aumentou 24,9% enquanto que o total de homens nesse papel caiu 1,16% no país. Pesquisa realizada pelo Unicef, divulgada em 99, na área suburbana de Fortaleza, atingindo 133.962 domicílios, detectou que 62,8% das famílias estão sob chefia masculina e 37,2% foram identificadas sendo as mulheres a cabeça da família e a maioria assume sozinha, sem ajuda do homem, a manutenção da casa. No total de famílias chefiadas por mulheres, um aspecto se destacou foi a forte presença das avós, que ficam com as crianças para as mães buscarem a sobrevivência, ou dividem o pouco que ganham: “Minha sogra tem uma pensão e paga a faculdade da minha família. É triste depender dela, mas não tenho outra saída. Para outra coisa, não aperseio, mas educação é prioridade”. É na família que se procura descarregar as tensões e se buscar o suporte financeiro e afetivo.

Para o coordenador técnico do IDT, Inácio Bessa, que é um estudioso da questão feminina no mercado de trabalho, há uma forte tendência de que as mulheres passem a ocupar mais postos no setor formal, vez que elas estão mais qualificadas. No começo de 90, observando-se a fatia do mercado formal de trabalho, os mais elevados percentuais de trabalhadoras estavam nas ocupações administrativas, na prestação de serviços e no magistério. Hoje, verifica-se uma expressiva participação da mulher no setor informal bem como no setor industrial, indicando que a trabalhadora busca cada vez mais ocupações de melhor qualidade no mercado de trabalho.

Em 1990, havia predominância do sexo masculino (392.437) na ocupação do mercado de trabalho. A taxa era 56,92% praticamente o dobro da feminina (30,86%) que representava 263.328 trabalhadoras. Nove anos depois, portanto, em dezembro de 99, são 391.992 homens ocupados contra 295.110 mulheres trabalhadoras. Elas conseguiram ocupar 32.227 vagas surgidas ao longo do tempo e os homens perderam 445 das que detinham em 1990. (Veja tabela 1).

No tocante ao desemprego, em 1990, os homens participaram com 40.530 na situação de desemprego aberto e as mulheres com 33.482. Muito embora o volume de mulheres desempregadas seja menor, comparativamente ao desemprego masculino, ocorre que em termos de intensidade o desemprego da PEA feminina é maior (11,28%) que o masculino (9,36%). Esse

número alterou, e muito, ao final da década. Os percentuais de desemprego entre os sexos ficaram praticamente iguais, com a mulher superando em 0,05 a taxa, embora que no volume continue inferior. A pesquisa encontrou 53.971 homens em busca de trabalho contra 40.832 mulheres. (Veja tabela 2)

Ainda, de acordo com o pensamento de Inácio Bessa, com todos esses espaços conquistados e sendo a década feminina, essa constatação não mudou o cenário de discriminação. Ainda existem “ algumas diferenças entre homens e mulheres no tocante à qualidade dos empregos” e na questão dos salários também: As mulheres continuam ganhando menos que os homens pelas mesmas atividades. Se um homem ganha R\$ 100,00 a mulher executando a mesma tarefa ganha R\$60,70 .(Vide PNAD/2000). O percentual de homens que ganha até um salário mínimo, no setor formal, é de 14,09% dos ocupados, contra uma taxa de 24,71% entre as mulheres. Para a faixa de renda acima de 10 salários mínimos, também no mercado formal, a taxa masculina é de 3,44%, contra uma taxa feminina de 1,65% . De acordo com os números do IBGE, último PNAD, o rendimento médio mensal do cearense é R\$172,00 que deixa o estado no 23º lugar, em termos de ranking nacional , e é a quarta pior do Nordeste. Com uma diferença de R\$2,00 está melhor que a Bahia e Alagoas e por R\$27,00, portanto (R\$ 145,00) é melhor que o Maranhão e Piauí.

Pesquisa realizada pelo Sine, em 1995, detectou que o desemprego para as mulheres não tem a mesma repercussão que tem para os homens, vez que as mulheres podem fazer bolo, cozinhar, fazer unha, cuidar dos filhos dos outros, lavar e passar e assim conseguir auferir alguma renda; realizando trabalhos semelhantes ao que trabalham em suas casas. Já o homem é mais restrito neste campo. Para ele, o trabalho mais do que atividade, é a possibilidade de salário e poder. O certo é que as mulheres já não se sentem realizadas em serem apenas domésticas, elas estão mais preparadas para enfrentarem esse mercado.

“Tomando pose do mundo exterior, as mulheres põem fim à divisão sexual dos papéis, e à oposição milenar entre a vida do lar, que outrora lhes era reservada, e a vida profissional, que pertencia obrigatoriamente aos homens” (Badinter,1986,p.193)

3.5 Cresce a Inatividade

A avaliação dos indicadores gerais do mercado de trabalho para Fortaleza, tomando-se as estatísticas da pesquisa direta de desemprego e sub-emprego do Sine/Ce, na década de 1990 a 1999, é a de que há um aumento de 26,54% na inatividade da força de trabalho. Os primeiros anos da década, 1990, foram sintomáticos de como iriam se desenvolver os demais. Em 1990, a População Não Economicamente Ativa- PNEA, em nossa capital, era formada por 803.582 pessoas e o ano de 1999 se iniciou com 955.998 na inatividade; findou o primeiro semestre com 1.000.989 e o número foi crescendo ao ponto de fechar dezembro de 99 com 1.016.922 na inatividade.

Para se ter uma idéia mais clara de tudo isso, vamos observar os dois últimos meses do ano de 1993. A taxa de desemprego caiu de 10,52% em novembro para 9,73% em dezembro e a taxa de ocupação caiu de 40,60% em novembro para 40,14% em dezembro. Por seu turno, a PEA diminuiu de 45,50 para 44,58%, no mesmo período. Que leitura se faz desse quadro? A queda do desemprego de um mês para o outro é positiva. Foram 7 mil pessoas conseguindo salário para uma melhor sobrevivência. Por outro lado, a redução do tamanho da PEA pode significar a transferência de pessoas que se encontravam em atividade para a inatividade. Eram 758.998 em novembro de 93 e passaram para 763.696 pessoas em dezembro.

Já em 1994, a taxa de ocupação foi a maior, 43,60% e também a mais elevada para dezembro nos últimos anos; superando por pouco o registrado em 1990, que foi 42,50%. O desemprego também foi reduzido, caindo de 10,02% em novembro de 94 para 9,06% em dezembro. Esse movimento de pressão renovada sobre o mercado foi registrado no aumento da PEA, que atingiu a taxa de 47,02% correspondendo a 717.653 pessoas em dezembro de 94, representando uma variação negativa de 4,40%. Em termos absolutos, a PNEA somou em dezembro 808.618 pessoas.

Em 1995, houve um fraco desempenho do nível de ocupação, sendo o terceiro mais baixo da década. Se compararmos os meses de novembro de 95, cujo índice foi 41,68% com o mês seguinte, 42,00%, houve uma expansão de 0,76%. Em termos de perfil global dos indicadores,

este foi o ano mais positivo da década. A PEA, naquele ano correspondeu a 46,29% ou 728.753 pessoas e a PNEA resultou em 845.567 pessoas ou uma taxa de 53,71%. Vale ressaltar que, no período compreendido entre o segundo semestre de 94 e o final de 1995, os níveis de ocupação foram os mais significativos, refletidos em taxas superiores ao patamar de 41%, exceto nos meses de julho e agosto 94 e julho de 95.

A partir de dezembro de 1997, o percentual das pessoas que estão no segmento PNEA alcança a casa de 55,14% contra 54,11% registrados em 1996. Esse percentual se mantém nos anos seguintes, com exceção de uma ligeira e insignificante queda de 1,05% em 98, para atingir 56,34% em dezembro de 1999.

Então, a ocupação que em dezembro de 1990 era 42,50% manteve-se nessa casa até 1995 e, a partir do ano seguinte, passou a ser decrescente e fechou dezembro de 1999 com 38,07%, que representam 687.102 pessoas ocupadas. Se compararmos os números entre ocupados e inativos, percebemos que a população inativa é praticamente uma vez e meia superior a ocupada. É o mais alto patamar já alcançado pela PNEA, nesses últimos anos, mais uma vez, lembrando que a comparação é entre os meses de dezembro.

Outro detalhe registrado no período é o crescimento da População Economicamente Ativa- PEA- em 6,90%. Esse percentual significa que nesses 10 anos, foram acrescidas 50.903 pessoas, vez que a PEA era 737.149 pessoas em dezembro de 1990 e terminou dezembro de 1999 com 788.052. Enquanto a PEA cresceu 6,90% a PNEA pulou para 26,54%, ou seja é quatro vezes maior. Talvez seja exagero afirmar que inversamente ao crescimento da PNEA, decresce o volume de pessoas que compõe a PEA. (Veja as tabelas-3 e 4).

Este dado nos induz a afirmar que o crescimento da População em Idade Ativa se concentra na PNEA. A explicação para esse fenômeno está na característica dessa população recém saída do período de crescimento populacional: ela ainda é predominantemente jovem, entre 10 e 19 anos e com pressão reduzida sobre o mercado. A PEA cresceu nessa década com menos mão-de-obra jovem acentrando o ciclo da PNEA como consequência do envelhecimento da força de trabalho. Enquanto a PEA de Fortaleza cresceu 6,9%, esse número em termos de

estado foi 8,54%, conforme dados do Iplance. O mercado de trabalho se moveu de uma predominância da PNEA mais jovem para uma PNEA mais idosa.

3.6 Ocupação e desemprego por idade

O desemprego não só é elevado como é extremamente desigual entre os diversos segmentos ou extremamente ‘democrático’ por atingir indiscriminadamente tanto os trabalhadores menos qualificados, que são maioria, quanto os mais qualificados. É notória a presença da taxa de desemprego bem mais elevada na força de trabalho mais jovem. A maior discriminação está na faixa etária dos 15 aos 19 anos. O número, veja as tabelas-3 e 4, é equivalente a quase cinco vezes o da faixa de 40 a 49 anos, que foi a mais atingida, no final da década (1998/99).

Ao fazermos a simples diferença matemática, entre o número de jovens que estava desempregado em dezembro de 1990 com igual período de 1999, constatamos que houve uma redução. São algebricamente 2.986 jovens que deixaram de pressionar o mercado de trabalho, por não atingirem a idade de trabalhar ou ainda por motivos outros que os impedem de desenvolver alguma atividade econômica: estudos, afazeres domésticos, falta de interesse para se engajar no mercado, motivado por ceticismo quanto a possibilidade de encontrar alguma ocupação produtiva. Então, a afirmativa do parágrafo acima é inverídica? Eis a questão a ser explicada, pois não é de fácil compreensão.

De início, já sabemos que é proibido o trabalho para menores de 14 anos. E que essa busca pela erradicação do trabalho infantil foi estimulada a partir de 1998 (assunto abordado no primeiro capítulo). No começo da década, de acordo com os números do Sine, eram 17.093 crianças e adolescentes na faixa dos 10 aos 19 anos, pressionando o mercado por trabalho. Quando chegamos em 1998, havia 678 pessoas na faixa dos 10 aos 14 anos. Em 1999, do contingente de 14.107 jovens (10 a 19 anos), apenas 436 ainda eram na faixa de 10 a 14 anos. Isto significa que vem crescendo o número de jovens entre 14 e 19 anos, procurando trabalho.

Quando deixamos de lado o número absoluto, e pegamos o quantitativo da taxa, ela representa um crescimento de 20,86% para 31,96%, na década .

Quando vamos observar a ocupação, apesar da taxa ter crescido também de 15,79% em 1990 para 20,39% em 1999, houve na realidade um menor número de pessoas ocupadas nessa faixa etária. Quando em 1990 havia 64.819 pessoas ocupando vagas no mercado formal ou informal, a década fechou com 14.385 pessoas fora desse mercado. O número de vagas existentes em 90, para os jovens, querendo o primeiro emprego, não foi sequer mantido. Ao contrário, houve uma redução dos postos.

Nesses 10 anos, a faixa menos atingida pelo desemprego situou-se entre os 20 e 29 anos. O percentual passou de desemprego que era de 13,50% em 1990, passou para 16,13% em 1999, que em números absolutos significam que em 90 havia 37.888 pessoas desempregadas e esse número chegou ao final de 1.999, acrescido de 3.378 ou totalizando: 41.258 pressionando o mercado de trabalho. Já o número da ocupação entre trabalhadores na faixa etária dos 20 aos 29 anos, foi bastante apenado com a perda da ocupação. Enquanto em 1990, tinha 242.719 pessoas ocupadas com alguma atividade econômica, em dezembro de 1999, só foram registradas 209.702 pessoas. Ou seja: 33.017 ficaram ao desalento. A taxa de ocupação da década caiu de 57,37% para 51,31%. Mesmo assim, quando se observa a tabela com os indicativos do desemprego, constata-se que essa faixa foi menos sofrida. (Veja as tabelas 5 e 6).

A população ocupada na faixa dos 30 aos 39 anos subiu de 158.349 pessoas para 199.397. Ou seja: foram acrescidos 41.048 novos postos de trabalho. Essa performance, no entanto, quando traduzida em taxa representa uma queda de 63,67% em dezembro de 90 para 59,87 em dezembro de 99. Já a taxa do desemprego cresceu em torno de 3%, passando sua taxa do mês de dezembro de 1990, de 8,08% para 11,17% em dezembro de 1999, pulando de 13.921 para 25.341 pessoas desempregadas, embora represente a maior elevação em número real: 11.420 pessoas.

O maior crescimento na taxa de desemprego ocorreu no público que compõe a faixa etária dos 40 aos 49 anos, que era 2,42% e passou para 6,83%. Foram 200 % a mais e, em números absolutos registrou um crescimento cinco vezes superior aos 2. 643 do início da década. Chegou

portanto, em 99, com 10.030 pessoas pressionando por trabalho. A queda na taxa de ocupação também se registra, ao longo da década, entre as pessoas nessa faixa etária. Apesar de ser a menor, caiu de 62,01% para 61,13%. Esse dado, porém não significa perda de vaga, pois houve um incremento de 30.414 pessoas, ao final da década. Acontece que o crescimento não foi suficiente para absorver toda a mão-de-obra disponível.

O mesmo acontece com a faixa etária imediatamente posterior, cujo número de pessoas ocupadas subiu de 83.490 para 90.767 pessoas e, essa taxa representa uma queda de 28,91% para 24,85%. E, o índice de desemprego também sofreu um aumento, ao sair do patamar de 2,87% em dezembro de 90 para 4,28% em dezembro de 1999.

A taxa do desemprego subiu em todas as faixas etárias, era de se esperar uma queda na taxa de ocupação, se estivéssemos num mercado normal, porém a recessão inverte a situação e o que se viu foi uma queda também na ocupação, em quase todas as faixas, exceto a dos 10 aos 19 anos. Não houve ao longo da década uma alteração significativa no nível da ocupação.

3.7 O Comportamento da taxa de desemprego

Nos últimos 10 anos, com exceção de 1995, onde a taxa de desemprego foi 9,91%, os demais meses permaneceram na casa dos dois dígitos e, de 96 para cá, são sempre crescentes. E, note-se um agravante: tomando-se o mês de dezembro, sempre considerado o período em que a atividade econômica alcança o seu ponto máximo de crescimento sazonal, observa-se que os últimos quatro anos, o nível do desemprego superou a taxa de 10%. De 9,42%, em dezembro de 1996, essa taxa alcança 10,23 em dezembro de 97, 12,56% em dezembro de 98 e 12,12% em dezembro de 1999.

Se observarmos a média de cada ano (veja a tabela-9), se constata que o índice da taxa de desemprego já era elevado e trazendo preocupações. A média, em 1990 era 12,58% quase o mesmo percentual registrado em 1993 (12,69%) e em 1997 (12,34%). Caiu um pouco em 1991 (

11,30%). Essa performance foi repetida em 1994 (11,36%) e dois anos depois, 1996 (11,53%). Em 1992, o percentual chegou a 13,21%, o mais alto do primeiro quinquênio da década. Sua situação foi bastante heterogênea. O desemprego apresentou-se crescente no primeiro semestre e decrescente no segundo. Os níveis de ocupação decresceram até maio, experimentaram certa estabilidade nos meses de julho a setembro, com taxa na ordem de 39,18% e foram crescendo lentamente a partir de outubro com destaque especial em dezembro.

O menor ponto, em 1995, como já ressaltamos, e a partir daí a elevação da taxa foi crescente: 1996 (11,55%), 1997 (12,34%), 1998 (14,35%) e em 1999, (15,44%). Ao longo dos anos, a pesquisa do Sine/IDT tem constatado que a atividade econômica alcança o seu pique no mês de dezembro, puxado exatamente pelos setores comércio e turismo (período de alta estação, férias). É o mês em que a população ocupada formalmente recebe o pagamento do décimo terceiro salário, proporcionando uma injeção financeira na economia. Analisando os dados, percebemos que em 1990, a menor taxa de desemprego ocorreu no mês de dezembro (11,29%), o mês do natal também foi promissor nos anos de 1992, 1993 e 1994. Nesses cinco anos, o ano de 1991 quebrou a regra, com o pico da empregabilidade ocorrendo no começo dos B-R-O –BROS, ou seja, em setembro. Nesse ano, a taxa de desemprego foi 10,01% e a maior taxa ocorreu em abril, com 15,27%.

De 1995 para cá, o quadro mudou no ponto de inflexão sazonal, que marca o pique do aquecimento da economia. Nos anos de 1996, 1997 e 1998, janeiro obteve as menores taxas de desemprego (veja tabela-2). Em 1999, o mês com menos gente desempregada foi em outubro . A maior taxa nos anos de 95 e 96 ocorreu em julho; em 97, em agosto; 98, foi no mês de outubro e em 1999, no mês de abril, com 17,27%.

Essa mudança na dinâmica conjuntural da taxa de desemprego se deve talvez ao esgotamento dos mecanismos de controle e sustentação da estabilidade do Real: explosão das taxas de juros. Um colega estatístico, Mardônio Oliveira, acrescenta também para reforçar esse quadro, a exarcebação do déficit fiscal e a subvalorização da taxa de câmbio que, em parte, foi responsável por uma balança comercial desfavorável para a economia brasileira, como um todo.

3.8- Informal no limite

A década de 90, manteve a ocupação informal sempre aquecida, com percentuais um pouco superiores a 50%, chegando a atingir 55,13%, em 1998. Esta amplitude, segundo o técnico do Sine, Francisco Soares Texeira, representa ocupações que vão desde o trabalhador por conta-própria (manicure, bombeiro, eletricista...), os autônomos e até atividades estratégicas de sobrevivência as mais diversas e criativas possíveis: limpadores de carros nos cruzamentos das avenidas e ruas da cidade, pedintes e lembro-me de uma que chama atenção, em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua. Uma plaquinha indica o aluguel de saia, vestido ou calça, vez que é proibida a entrada de mulheres usando shorts ou calça-comprida ou homens de bermudas, isso numa barraca de venda de bombons e cigarros.

Nas praças e locais de aglomerações é grande a presença do comércio ambulante de sucos, frutas, hortaliças e outros produtos, transformando calçadas numa verdadeira feira, sem se falar no comércio ambulante de industrializados, desde a borracha para panela de pressão ao brinquedo infantil e até produtos eletrônicos. No Terminal do Papicu além de meninos com caixinhas de bombom e chicletes, assim como na Praça José de Alencar, tem grupos musicais que se apresentam e as pessoas que assistem jogam algum “trocado” na caixinha.

Nas praias, encontramos repentistas, vendedores de camarão, sanduiches naturais, picolés, produtos para evitar queimaduras na pele, entre outros; É patente a expansão de atividades como lavagem de roupas em casa, concerto de eletrodomésticos, oficinas de conserto de carros. Agora, está surgindo o ambulante motorizado, em que o carro com um sistema de som passa anunciando frutas, pães, sorvetes e água. “Aproveitem a promoção, 12 bolas de sorvetes por Um Real, tragam sua vasilha”...

Recordando o nosso personagem do primeiro capítulo, Airton, que dentre os biscates que fazia era cuidar dos jardins, me chama atenção matéria, publicada pelo jornal O POVO, no último dia 12 de junho, sob o título “Jardinagem precisa de qualificação”, na qual afirma estar em alta a profissão de jardineiro. A matéria indica que em Fortaleza existe 2000 jardineiros. Que essa atividade sazonal tem piso salarial R\$ 155,50. No entanto a diária varia de R\$20,00 a R\$30,00.

Francisco Soares Texeira explicou que o movimento conjuntural desse setor está atrelado à dinâmica dos setores modernos da economia, que determina o ritmo de desenvolvimento das atividades informais, que há uma forte ligação entre a dinâmica urbano-industrial e as atividades informais. Ele comparou dezembro de 98 com dezembro de 97 e constatou que o setor informal cresceu sua participação, passando de 53,59% para 54,91% e destacou: “ Não há outra explicação para esse crescimento senão a redução no nível de atividade industrial nos últimos dois meses do ano. A redução na massa salarial paga pela indústria pode trazer como conseqüência ou uma redução no consumo dos assalariados da indústria por bens e serviços fornecidos pelo setor informal, ou uma procura por trabalho neste setor, para complementar a perda da renda ocorrida na atividade principal” (Anotações).

Já o coordenador técnico do IDT, Inácio Bessa, lembrou que na informalidade é muito comum o desvio ocupacional. Ou seja, uma pessoa tem determinada formação profissional, mas acaba exercendo outra atividade. Não vou longe, para encontrar exemplos. Na minha casa, tem uma pessoa com formação superior, em engenharia civil, porém desde agosto de 96 que perdeu o emprego, e não consegue se inserir novamente no mercado formal. Cansado de enviar currículos resolveu abrir uma lojinha, no fundo do quintal, para venda de peixes. Nada registrado. Um colega deixou a profissão de jornalista e sobrevive hoje, com bancas de jornais, outro passou a ser motorista de táxi.

Assim, são “n” exemplos, só no círculo de amizades, com pessoas qualificadas. Imagine a situação, no contexto da cidade, pegando o pessoal com pouca qualificação profissional. A desqualificação tem sido um dos motivos pelos quais as pessoas que são encaminhadas, até pelo Sine-Ce, se sentem impossibilitadas de conseguir um trabalho. Pelo extenso número de pessoas desempregadas, existe processo seletivo até para funções que antes não exigiam grau de conhecimento algum, hoje pedem um primeiro grau completo ou até conhecimento em informática. Há quem defenda a tese de que o mercado informal esteja saturado, embora surja como o mais promissor meio de subsistência em decorrência da recessão e do despreparo. Em recente matéria publicada pelo Diário do Nordeste, (Dia, 1º de Maio 2000), o diretor do Centro de Treinamento e Desenvolvimento Econômico (Cetrede), Fernando Menezes Xavier, avaliava

que mesmo que a economia estivesse aquecida, haveria ainda barreira para absorção da PEA, por conta do despreparo para os novos desafios no emprego.

Em 1990, o boletim do Sine do mês de dezembro, na parte “Situação da População ocupada em Fortaleza”, informa que:

“ o subsetor serviços continua sendo o grande manancial da oferta de oportunidades de trabalho com 45,04% do total, seguido do comércio (24,82%), indústria de transformação com 17,14%. Além do mais, os 45,04% da participação dos serviços na composição da ocupação, têm sido resultado de um crescimento contínuo desse subsetor ao longo do ano 1990; resultado, aliás, de uma pressão crescente do número de autônomos na população ocupada, o que reflete a ascensão das chamadas atividades informais”.

(Sine-Ce, 1990, p.19).

A taxa de ocupação informal naquele ano foi 52,22%, equivalente a 342.440 pessoas das 655.765 que estavam ocupadas. Já o boletim de dezembro de 1999, apesar de não comentar a questão da informalidade, anotou que Fortaleza detinha um contingente de 687.102 pessoas ocupadas, das quais 371.173 na informalidade. Ao longo da década, esse setor mostrou-se praticamente estável. Observa-se que o maior percentual foi atingido em dezembro de 1994, quando alcançou 55,86% ou 363.198 e o menor aconteceu em 1991, com taxa de 50,47%. (Veja tabela 10). A taxa média dos 10 anos foi 53,77%. Essa acomodação chega a ser entendida por alguns economistas locais como uma tendência de esgotamento das oportunidades de ocupação no segmento informal da economia. Esta é uma hipótese que ganha aceitação e indica também que existem limites para a expansão das atividades informais como alternativas para gerar ocupação e renda. Manchete do jornal Diário do Nordeste, do dia 1º de Maio, já envereda por esse caminho:” Desemprego no Ceará- Mercado informal está se esgotando”.

4- Políticas Públicas de Emprego

Os indicadores vistos no capítulo anterior demonstram como estão os aspectos estruturais do mercado de trabalho em Fortaleza. A verdade estatística está parecida com o que se vê diariamente pelos noticiosos, ou se observa no meio da sociedade. Tem a luta para manter o posto de trabalho conquistado, “ a luta por um lugar entre milhares de pessoas e a conseqüente escassez de postos de trabalho, permitem ao empregador exercitar o preconceito.” (João Bosco, 1997, p.192). E, por falar em preconceito, certa vez, como repórter do caderno de economia de O POVO, entrevistei um desempregado na fila do Sine, no prédio da antiga alfândega. Ele dizia: “minha senhora, quem é preto, é discriminado, quem é preto e pobre, é duas vezes, e quem é preto, pobre e desempregado, é melhor morrer”. A cor, infelizmente, faz parte do processo de seleção. Outro depoimento que me vem na memória, talvez pela insistência em que o escuto, “Passei a vida toda trabalhando duro, ganhando uma miséria, sem carteira assinada. Agora, estou acidentado e não tenho como requerer sequer uma aposentadoria. O que faço. Minha esperança está em vocês da imprensa? Me ajude doutora?”.

Diante dessas e de tantas situações de clamor social, que são apenas exemplos das estatísticas apresentadas no capítulo anterior, me vem a indagação: será que valeu a pena o sistema público de emprego, com tanta gente ao desalento? Sem dúvida nenhuma, esta é a pergunta que se faz e empiricamente, tanto há motivos para responder positivamente, quanto negativamente. Tudo depende do prisma da avaliação, pois não se vive como uma situação estanque cuja fórmula tenha leitura única. Porém é possível afirmar que as políticas de emprego não irão por si só resolver o problema do desemprego. Tudo depende também do desenvolvimento da economia, embora não seja o crescimento econômico o único transformador. O seguro-desemprego, a intermediação da mão-de-obra, a qualificação profissional e os chamados programas de geração de emprego e renda constituem os eixos em torno dos quais se organizam as chamadas políticas públicas de emprego. A implantação é um trabalho de longo prazo e os resultados tem estreita relação com a qualidade da gestão.

Para o mestre em Economia pela Universidade de Louvain (Bélgica) e coordenador do Sine-Ce no período de 1977 a 1997, José de Freitas Uchoa, o saldo desses 25 anos do sistema público de emprego, é de longe negativo e deve ser debitado ao Ministério do

Trabalho, que até mudou de nome (Ministério do Trabalho e Emprego) para esconder seus fracassos, mas não se deu bem; “é que o fracasso não está no nome e sim, na falta de prioridade que os governos sempre lhe conferiram; em especial o governo FHC”, comenta.

Já o atual coordenador do Sine, João Osmar dos Santos Paiva, faz uma avaliação positiva, a partir do esforço conjunto entre os Governos federal e estadual, o Sistema Nacional de Emprego tem gerado cada vez mais oportunidades através da adequação da força de trabalho aos diversos setores da economia. O Sine promove a intermediação da mão-de-obra, o atendimento do seguro-desemprego, a qualificação profissional e realiza estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, sendo o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho- IDT, o órgão executor. Um fator, meio confuso, é essa mistura entre Sine e IDT. Há quem imagine que o Sine se extinguiu no Ceará, outros pensam que ele se transformou em IDT e poucos sabem qual foi a verdadeira mudança. Busca-se deixar, nesse capítulo, esse mexe-mexe explicado.

Além de um breve histórico sobre o surgimento das políticas públicas no país, tenta-se mostrar com a frieza dos números, o que avançou e deixou a desejar na aplicação da política pública de geração de emprego, pelo Governo das Mudanças, que está no poder estadual desde 1986. Inclusive começamos este capítulo com um resumo, no qual apresentamos a concepção neoliberal (O presidente Fernando Henrique Cardoso, PSDB, é neoliberal e Tasso Jereissati também...), do que seja o pleno emprego, para que entendamos algumas ações de seu governo, para determinados segmentos dos trabalhadores.

4.1 A Concepção neoliberal do pleno emprego.

Na concepção histórica da social - democracia, destaca-se a incorporação de políticas de geração de emprego e renda ao projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e social, inclusive o Banco Mundial está referendando este discurso em Fortaleza, em seminário com os governadores do Nordeste, colocando recursos e abrindo escritórios para atacar a miséria através de atividades educacionais. Como já destacamos, 32% da população cearense está na linha de pobreza absoluta. A nova tendência neoliberal caracteriza-se mais pelo controle equilibrado do gasto público e pela focalização dos programas para determinados segmentos de trabalhadores.

Nos últimos anos, os estudos que indicam o esgotamento do processo de desenvolvimento econômico e o emprego apontam em geral, três visões. A primeira, que o problema decorre das baixas taxas de crescimento da economia. A Segunda se associa a idéia de que não há propriamente desemprego e sim baixa qualidade das ocupações geradas e, a terceira relaciona o desemprego a uma herança histórica resultante da forma de condução das políticas industriais e à falta de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo.

Essas reformas estão bem dissecadas pelo economista Márcio Pochmann, em seu livro "Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança" , no qual apresenta um quadro (veja sua reprodução no quadro2) com resumo das concepções e a tipologia social-democrata e a neoliberal do pleno emprego. Ele divide os tópicos para mostrar o diferencial desde a finalidade do pleno emprego, ao papel do estado, a situação dos sindicatos, o mercado e as relações e as políticas sociais. Em síntese, diz que "o pleno emprego é concebido como uma resultante do fortalecimento das forças da concorrência, da abertura comercial e da estabilidade monetária...é comprometida com o equilíbrio das contas públicas, restrição ao crédito e desregulação do mercado de trabalho "(POCHMANN, Márcio, 1966,p.225)

Quadro 2- As concepções social-democrata e neoliberal do pleno emprego

Itens	Social-democrata(histórica)	Neoliberal (recente)
Pleno Emprego	-Políticas econômicas e sociais comprometidas com o pleno emprego, por meio do crescimento, da ampliação do gasto público e da regulamentação do mercado de trabalho	-Política econômica comprometidas com o equilíbrio das contas públicas, restrição de crédito e desregulação do mercado de trabalho
Finalidade do Pleno Emprego	-Garantir aos trabalhadores o acesso ao status da universalidade, tendo cada pessoa o direito ao trabalho, patrocinado pela existência de emprego com salários adequados ou pela garantia de renda, por meio da política social que contribui para transformá-los em consumidores e cidadãos (segurança de renda e emprego)	-Garantir a prevalência dos interesses individuais, tendo na concorrência o princípio da eliminação de empregos e empresas menos capazes, pois a capacidade de cada um é que define o acesso à cidadania e à condição de consumidor, predominando a insegurança na renda e emprego.
Papel Do Estado	-O Estado deve-se fazer presente em todas as oportunidades que devem favorecer a construção de uma sociedade menos desigual, como forma de corrigir as distorções do mercado, aumentando, quando necessária, a participação no excedente econômico(sistema tributário progressivo)	- O Estado deve deter a menor participação possível no excedente econômico, com sistema tributário proporcional e maior espaço para decisões privadas
Estado de Bem-estar Social	-A definição e construção do Estado de Bem-estar Social é importante, não apenas devido a sua capacidade de geração de emprego no setor de serviços (saúde, educação, serviços privados), mas como forma de alcançar padrões mais homogêneos de consumo;	-As áreas sociais devem-se limitar ao contexto da seletividade e da focalização, paralela ao setor privado e direcionada exclusivamente para parcelas minoritárias da população.
Políticas Sociais	-A ampliação das políticas de garantias de mínimos de renda (seguro-desemprego vinculado ao programa de treinamento; subsídios para formação e treinamento de mão-de-obra	-A diminuição dos benefícios públicos e a criação de mecanismos de garantia de renda com menor valor possível para segmentos mais jovens do mercado de trabalho, objetivando a aceitação de empregos com salários menores estimulando o auto-emprego.
Papel do Sindicato	-O sindicato aumenta seu poder de força quando há relação democrática de trabalho, maior presença no local de trabalho, contratação coletiva centralizada e pleno emprego. O fortalecimento do sindicato é a condição necessária para maior representação dos interesses dos trabalhadores.	-O sindicato possui papel reduzido, mais orientado para definição de reivindicação dos trabalhadores por empresa, permitindo que os salários e a jornada de trabalho estejam associados à produtividade e às oscilações da economia
Mercado De trabalho	-A defesa de mecanismos institucionais, regulados para a constituição de um mercado de trabalho estruturado, com menos formas heterogêneas possíveis de ocupação e renda	-O mercado de trabalho deve ser a expressão da relação entre oferta e demanda de mão-de-obra, permitindo formas heterogêneas de ocupação e menores salários de acordo com a produtividade das empresas;
As relações de Trabalho	-As restrições administrativas e econômicas para as demissões e esforços para a ampliação dos contratos de longa duração;	-A flexibilização dos contratos de trabalho é necessária para adequar o custo da mão-de-obra às oscilações do mercado, com baixas restrições econômicas e administrativas nos casos de demissões.

Fonte: Pochmann(1966)

4.2 A implantação do SINE no país.

A Organização Internacional do Trabalho- OIT criou o sistema público de emprego através da convenção nº. 88, de julho de 1949. O Brasil aderiu a esta convenção oito anos depois, ou seja, em 1957. Durante muito tempo acreditou-se que a melhoria das condições de vida da população e do perfil de distribuição de renda seria uma consequência direta e inevitável do crescimento econômico. O que se viu no entanto, foi a necessidade do país ter políticas sociais como prioridade nas agendas de discussões. Passados todos esses anos, o Sistema Público de Emprego, que no Brasil recebeu a sigla Sine, que significa Sistema Nacional de Emprego, foi implantado 18 anos depois, e como se diz, na marra e às pressas, para o Governo melhorar a imagem do país junto a organismos internacionais Assim, o Sine é implantado por força de decreto, o de nº 76.403 de 08 de outubro de 1975. Foi implementado em todas as unidades da federação a partir de 1976.

Quais eram então os objetivos do Sine? Eram vários. Elaborar os indicadores de posicionamento e desempenho do mercado de trabalho; promoção das ocupações produtivas e geradoras de renda; e atuação na intermediação da mão-de-obra, buscando equilibrar oferta e demanda por trabalho. Estas atividades deveriam ser coordenadas pelo Ministério do Trabalho, porém de forma descentralizada e com a parceria dos governos estaduais. Acontece que, para o Sine cumprir seus objetivos faltava-lhe fonte de financiamento, estrutura de funcionamento, seleção e qualificação do seu quadro de pessoal. No livro Políticas públicas, Beatriz Azeredo diz que em linhas gerais , o Sine apresentou resultados bastante precários, com exceção do Ceará. A estrutura montada só dava condições de fazer intermediação.

De 1975 a 1990, sem fonte clara de financiamento, o Sine não repassava aos estados os recursos necessários e os governadores, também com limitações financeiras, não entendiam as atribuições do órgão como suas, e faltava boa vontade. Em 1989, o Ministério do Trabalho parou de transferir os recursos para pagamento da folha de pessoal. Boa parte do pessoal treinado foi demitido ou transferido para outras funções e o Sistema começou a se esfacelar. O Quadro toma novo rumo a partir de 1993.

4.2.1 O Sine no Ceará

O Sine foi implantado no Ceará em 05 de março de 1977, através de convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e o Governo do Estado e operacionalizado pela Secretaria de Indústria e Comércio- SIC. Foi mantido integralmente com recursos federais até 1979 e, a partir de 1980, seu orçamento passou a ter duas fontes: O Ministério do Trabalho e o Governo do Estado, cujas participações variaram ao longo do período de 35-40% e 65-60%, respectivamente.

O primeiro coordenador do Sine-Ce foi também o seu idealizador, o economista José de Freitas Uchoa, que dirigiu os destinos do órgão durante 20 anos. Ele recorda, que o então secretário da Indústria e Comércio, José Flávio Costa Lima, em dezembro de 1976, entregou-lhe a tarefa de implantar o órgão no Ceará. Como havia pouca literatura sobre o assunto ele disse que recorreu à colaboração de amigos da Bélgica e da França, que lhe forneceram informativos sobre o tema. Daí surgiu o órgão com atuação semelhante ao padrão europeu, inclusive imune às pressões políticas, pelo fato de resistir ao clientelismo tão comum em órgãos públicos.

O Sine-Ce não teve e nem tem personalidade jurídica. É na verdade um programa do Ministério em que as pessoas, seus funcionários, eram contratados via Codece- Companhia de Desenvolvimento do Ceará, sendo portanto, celetistas, tendo um quadro de pessoal próprio. Foi um programa que cresceu e ganhou porte e estrutura como se fosse uma secretaria. Só a título de curiosidade, o Sine tinha 202 funcionários em 1989. Dez anos depois, seu quadro era composto por 272 funcionários e o Estado destinava R\$4,774 milhões com 60% do custeio de pessoal. O trabalho executado ganhou notoriedade e reconhecimento do Ministério, que sempre destacava a organização do Sine no Estado e assim, sua fama consegue romper fronteiras e alavanca recursos do Serviço de Cooperação Técnica e Social-SACTES e a Agência Alemã de Cooperação Técnica-GTZ:

4.2.2 O surgimento do IDT

Em 1994, através do decreto nº 13.378, de 2 de setembro daquele ano, o Sine-Ce sai da subordinação da SIC e passa a integrar a Secretaria de Ação Social- SAS. Nesse ano, também foi criado o Conselho Estadual do Trabalho. Órgão com poder decisório das políticas públicas colocadas em prática no Ceará. Sua composição é paritária entre Governo e Sociedade. Dois anos depois, uma consultoria é contratada pela SAS, para promover em conjunto com um grupo de 40 gestores, a proposta para a reestruturação do sistema.

A primeira transformação foi no nome da secretaria que passou a ter a palavra Trabalho, embora a sigla se mantivesse SAS. O Estado já estava imaginando de reformulá-la no geral. A mudança não alterou em nada o trabalho do Sine, nem a vida funcional do pessoal, de imediato. Até que em agosto de 97, um ofício pega todos de surpresa. O coordenador do Sine é exonerado, sem explicações. O fato causou revolta, e os jornais abriram artigos e mais artigos, assim como a própria Central Única dos Trabalhadores- CUT publicou nota defendendo a continuidade do trabalho do José de Freitas. Foi de balde.

O próprio secretário, José Rosa Abreu Vale ficou respondendo interinamente pelo Sine-Ce. Ele tomou para si, a responsabilidade de tocar as alterações imaginadas para a modernização do Sistema local. Em dezembro de 97, o Governo manda mensagem para a Assembléia Legislativa extinguindo em bolo único, a Codece, a Cedap, a Epace e a IOCe, sendo criado concomitantemente o Programa estadual de Incentivo às Organizações Sociais – Lei Nº 12.781, de 04 de dezembro de 1997. Toda essa situação ocorre quando seus servidores preparam uma festa pelo transcurso de 21 anos da instituição que ganharia a maioria. A extinção da Codece culmina na dispensa do quadro de pessoal à disposição do Sine. Então, essas pessoas resolveram se organizar e encarar a possibilidade de instituírem uma sociedade civil, com o estímulo do governo do estado, para dar continuidade aos serviços do Sine.

Do aniversário à extinção da Codece, se passam dez meses. Os servidores não podiam perder tempo, e ainda em dezembro, foi formado um grupo para estudar a questão. Debates ocorreram e em janeiro de 1998, era comunicado ao Governo a decisão de construir uma Organização Social. Seria a primeira do estado, e a única, nesse nível, no país. E, numa memorável reunião ocorrida no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas, foi oficialmente

instituído o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho- IDT, cuja diretoria provisória foi formada por Maria José de Andrade Lima, que se mantém na direção até hoje, Gerardo Leite Martins e José Ednart Almeida Carvalho.

Um mês depois, os participantes estavam levando para o cartório, isto no dia 8 de abril, para ser mais precisa, o estatuto social do IDT, no qual apresenta a missão, princípios, atividades, objetivos, composição, competência e estrutura. Daí, para a assinatura do protocolo intenção com o Governo do Estado, através do Secretário José Rosa. O contrato de gestão foi assinado em 30 de abril de 1998, assegurando a continuidade das atividades do programa Sine no Ceará⁴, com as mesmas condições e qualidade tecno-operacionais. Um detalhe, toda essa modificação ocorreu e o boletim de análise do mercado, apesar de atrasar cerca de dois meses, foi feito, não havendo quebra nenhuma.

Com a reforma administrativa implementada com o novo secretário, Edilson Azim Sarriúne, ex-dirigente do Sebrae-Ce, que tomou posse em 5 de janeiro de 1999, a sigla da SAS virou Setas, incorporando de fato a letra inicial da palavra trabalho. O novo organograma da Secretaria passou a ser enxuto. Hoje ela dispõe de três coordenadorias: a do planejamento, assistência social⁵ e o programa do trabalho que é o Sine. A gerência do Sine passou a ter um Coordenador do trabalho, nível de DNS-2⁶, que passou a ser ocupada pelo economista João Osmar dos Santos Paiva. Nessa coordenação há um assessor técnico, um assistente e uma secretária. Tem também a célula de Desenvolvimento Artesanal. No caso a Ceart, com sete pessoas exercendo chefias, coordenada pela Josete Andrade. Ainda subordinado ao Sine, tem o PEQ- O Programa de Educação e Qualificação, sob o comando de Robson Veras auxiliado por assistente técnico.

No atendimento integrado ao Trabalhador são cinco chefias para a coordenação do atendimento, outro pela Intermediação-de-obra, Seguro –desemprego, Programas de crédito e Projetos estratégicos. Comparo esse quadro com a cabeça de um corpo humano que pensa e comanda todas as demais ações, que são executadas pelos membros (braços e pernas) que são o IDT. O IDT é quem executa as ordens captadas e direcionadas pelo cérebro. Então, o Sine, por ser um programa do governo federal, nunca foi extinto, embora tenha sofrido todo esse

4. Veja a ata da reunião de criação do IDT e o estatuto social, nos anexos.

5. Foram extintas a Febemce e a Fundação da Ação Social além de incorporar a Defesa Civil.

6. Corresponde ao salário do Chefe de Gabinete do Governador.

processo. A impressão que passa é que continua com um trabalho de gabarito, e ganha constantes citações por representantes do ministério, pelo trabalho sério realizado.

Porém, ao conversar com alguns ex- servidores do IDT, que foram demitidos, a análise é diferente dos que permanecem no quadro. Dizem que a dupla estrutura é desnecessária. O IDT, que é o Sine/Ce de fato e não de direito, em contra posição ao próprio Sine/Ce, que é de direito e não de fato. Em consequência de funcionar vinculado à Setas, criou-se mais um nível hierárquico entre comando (Secretário) e execução, protagonizando, em grande medida, a perda do potencial humano da equipe do Sine-Ce, hoje fragilizada no IDT e sujeita a três diferentes cargas horárias impostas a seus empregados, que enfrentam desníveis salariais. Eles consideram “bizarro” o organograma existente apenas no Ceará.

O sociólogo André Haguette que havia externado seu temor com a transformação do quadro de pessoal que compunha o Sine, escreveu recentemente, no jornal O Povo, o artigo Desemprego e o Sine/IDT, no qual afirma:

“Sem dúvida, os funcionários do novo IDT foram submetidos a grande sacrifícios com cortes de salários e gratificações, diminuição da atribuições e funções e outras medidas na reestruturação da instituição. Mas a equipe soube com altivez e coragem, manter a qualidade do trabalho, ampliar suas atividades, diversificando-as, e exceder, no que dela dependia, as metas fixadas no Contrato de Gestão...O Sine/IDT é uma instituição fundamental no Ceará, merecendo apoio e reconhecimento dos governos, do empresariado, dos sindicatos e da população.”

Já o ex-dirigente da instituição, José de Freitas Uchoa, diz que o Sine seria um eficiente instrumento de ação a serviço da sociedade e do governo, como tem sido o Instituto Federal do Trabalho na Alemanha. Ele diz que o Governo brasileiro brinca de sistema público de emprego e “joga pelo ralo boa parte dos recursos da FAT”.

4.3 A intermediação da mão-de-obra

Todos os anos, o Sine-Ceará encaminha milhares de trabalhadores cadastrados em suas unidades, para empresas que estão disponibilizando vagas. Em 1990, o Sine cadastrou 48.092. Esse número representava 43,15% da PEA. Em 1999, foram cadastradas 189.417 pessoas, ou 53,05% da PEA. Ou seja, teve 10,1% a mais de pessoas pressionando o mercado, em busca de trabalho, através do órgão oficial. Desse pessoal que bateu nas portas do Sine e se cadastrou, somente 20.756 foi encaminhado para as empresas que estavam ofertando 15.409 vagas, em 1990. Porém, mesmo com um contingente superior ao número de vagas, somente 10.646 foram preenchidas. Ou seja, naquele ano, foram colocados 51,2% do pessoal encaminhado.

Agora, quando se analisa o resultado em 1999, observa-se que dos 189.417 trabalhadores cadastrados, das 54.035 vagas ofertadas e dos 100.491 trabalhadores encaminhados, conseguiram colocação 39.803 pessoas. Só 39,6%. No relatório do Governo é mostrado que o índice de aproveitamento de trabalhadores colocados nas empresas em relação às vagas captadas no mercado de trabalho foi 75%, em 1999, contra os 69,08% de 1990. Porém esquece de comparar que o percentual entre encaminhados e colocados caiu de 51,2% em 1990 para 39,6% em 1999. Veja, ao final, as tabelas contendo informações mês a mês, da década, do que era previsto, o que foi encaminhado e os números reais dos convocados.

Esse é o gargalo: As vagas existem, há mão-de-obra disponível, porém continuam sem preenchimento e as pessoas desempregadas. Qual o problema? Na maioria das vezes, se resume em dois: qualificação e idade. O sistema é excludente. Emprego, para maiores de 35 anos, é raro surgir, assim como para os jovens. Então, face as repetidas voltas com intermediação para o emprego sem alcançar um patamar de pró-atividade dentro da política pública do trabalho, os serviços públicos de emprego, na opinião do consultor Zózimo Farias Filho, precisam evoluir para uma prestação de serviços vinculada ao processo de formação do trabalhador. Isso no seu entender, vai repor um novo conceito de intermediação como a realização de valores-competência entre o ofertante de conteúdo de trabalho em seu aspecto genérico, o trabalhador e um demandante, em seu aspecto particularizado, a empresa. “A sociedade investe, as pessoas acumulam competência mas não estão conseguindo emprego”. Não há um mecanismo de conhecimento das reais necessidades do mercado. Ele exemplifica

com a atual carência detectada de profissionais de telecomunicações: com certeza, daqui há algum tempo, esses técnicos da área podem não ser tão procurados, embora continuem sendo formados para um mercado que já não precisará deles. Por isso, ele prega a idéia de uma empresa formativa, que treina continuamente seus profissionais em vez de esperar que somente a rede educacional cumpra essa missão.

Como o Governo vai fazer isso? Como pode efetivamente a intermediação servir de elemento definidor de demandas por qualificação dos segmentos produtivos e, dessa forma, orientar os programas de capacitação de mão-de-obra? Como os serviços públicos vão alargar a capacidade de coordenação e gestão compartilhada das ações de emprego? São questões que surgem e que o Governo terá que responder com rapidez, senão ficará viajando sobre turbulências como se estivesse apenas enfrentando uma neblina.

A quantidade de desempregados, como já se viu, no capítulo anterior, atingiu 94.803 candidatos ao mercado de trabalho em dezembro de 1999. O ex-coordenador do Sine-Ce, José de Freitas Uchoa, considera praticamente impossível o estoque de desempregados se reduzir a pelo menos 70 mil, “nem a fantasiosa política estadual de atração de investimentos, capitaneada pelo sr. Raimundo Viana, provaria esse milagre”, alerta o mestre que também não poupa o governo municipal, vez que a administração de Fortaleza não tem se caracterizado pela preocupação com o combate ao desemprego e não acumula experiências nessa área, nem a criação do Profitec pareceu redimir a prefeitura de suas omissões no âmbito da geração de emprego e renda.

O governador Tasso Jereissati, em seu discurso de posse, dessa atual administração, disse textualmente que se esforçou para “avançar na capacitação da população para a cidadania e o trabalho, única fórmula viável para promover a distribuição sustentada e abrangente dos frutos do crescimento econômico”⁷, e que para o seu governo no período 1999-2002 a ação pública seria organizada em torno de quatro vetores: Capacitação da população para o desenvolvimento; Crescimento econômico e geração de ocupação e renda; A melhoria na qualidade de vida e o Fortalecimento do meio rural e o convívio permanente com os efeitos das mudanças climáticas.

4.4 O atendimento do seguro - desemprego

Outra atividade do Sine/Ce é de facilitador da relação do trabalhador com o seguro - desemprego. Além de prestar informações sobre o acesso a este benefício social ao interessado que as buscam diretamente nos núcleos, a orientação também é disponibilizada pelo telefone 136- o Teleseguro. Em 1999, foram realizados 707.909 atendimentos, sendo habilitados 113.384 pessoas ao benefício mais 3.793 pescadores que durante o defeso da lagosta fizeram jus ao seguro. Quanto o somatório retroage aos últimos quatro anos, segundo dados do Sine-Ce, foram prestados quase 2,7 milhões de atendimentos.

O seguro - desemprego foi organizado da forma como se apresenta hoje, pela lei 7.998, sancionada em 20 de janeiro de 1990, porém sua instituição ocorreu pelo Plano Cruzado, por meio do decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986. Apesar de novo, e dos resultados conseguidos, pois foi um avanço em termos de amparo ao desempregado, o programa pecava por não dispor de uma forma de financiamento definida, de modo que dependia das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional. Esse problema foi solucionado com a formulação legal definitiva dada com a Constituição de 1988, seguida pela criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De acordo com Beatriz Azeredo, no livro Políticas Públicas de Emprego: A Experiência Brasileira, a primeira lei que tenta amparar o trabalhador desempregado foi instituída em dezembro de 1996, é a 4.923, do Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados. Foi aí que se criou o Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD). Um ano depois, a ação do FAD foi reduzida pelo decreto nº 58.155, de 15 de abril de 1966, que limitou a concessão só aos desempregados por motivo de fechamento da empresa.

Recordo, que em 1979, já trabalhava na TV Tupi, em Fortaleza, o Canal-2, que foi fechado pelo Governo Federal. Naquela época, fiz parte da comissão (eu, Tom Barros, Tertuliano Siqueira e William- cinegrafista a quem chamávamos de Irmão) que foi conversar com o Ministro Almir Pazzianoto, do Trabalho, em Brasília, para que nós, os servidores, ficássemos com a gerência da emissora. E ele nos mostrou numericamente a inviabilidade, de

7.Íntegra do discurso nos anexos

modo que saímos de lá apenas com a certeza de que seria liberado, de imediato, o FAD, para o pessoal do Ceará. E, assim, tenho assinado na carteira, o recebimento do benefício durante quatro meses.

Foi em 1966 que também foi criado o FGTS. Em setembro de 1970 houve a criação do PIS e meses depois o Pasep. Esse benefício ficou conhecido como o 14º salário do trabalhador. Em 1975 houve a criação do Sine. Então, em 1986, “pela primeira vez no país adotou-se uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio-financeiro, incorporando outros serviços de assistência ao desempregado, como a intermediação e a formação profissional, nos moldes dos sistemas adotados pelos países desenvolvidos” (p.87). Os critérios gerais do seguro sofreram modificações através da lei 8.900/90 de 30 de julho de 1994. Ficou assim: Se o trabalhador tinha a carteira assinada de seis a 11 meses fazia direito a três meses do seguro-desemprego; de 12 a 23 meses, teria um mês a mais e acima de 24 meses, eram cinco meses.

Também mudou o tempo de trabalho para fazer jus ao auxílio. Antes, era preciso ter pago a previdência pelo menos 36 meses, durante os últimos quatro anos. Com a nova regra, se exige que o trabalhador comprove 15 meses de carteira assinada nos últimos 2 anos. O tempo de seguro foi mantido em no máximo, quatro meses, bem como o valor, estipulado foi alterado. Antes era 50% do valor do último salário para quem ganhasse até três mínimos. A nova lei mudou para 80%. Quem ganhava acima de cinco salários passou a receber o correspondente a três salários mínimos.

Em julho de 1996, ocorreram novas mudanças nos critérios determinando o aumento temporário do número de parcelas, em mais dois meses, para os trabalhadores com domicílios em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal. Os seis meses de seguro foram pagos até 31 de dezembro de 1996. Pelos parâmetros atuais, observa-se que o valor pago ao desempregado sem justa causa, se mantém para aqueles que ganhavam até um salário e meio, a partir daí o valor do benefício vem se reduzindo. Por exemplo, quem ganhava 5 SM, em 1990, tinha direito a um benefício em torno de 68% do valor do ordenado, agora o valor não representa sequer 2 SM, é R\$209,57. O programa ao longo desse tempo ficou mais restrito ao benefício pecuniário.

Outro detalhe que não se pode deixar de mencionar, é que a partir de 1992, o Ministério do Trabalho fez convênio com Caixa Econômica Federal que passou a ser o órgão pagador do benefício, diminuindo com isso o tempo de espera para a liberação das primeiras parcelas, que chegou a atingir 3 meses. Agora, a média é de 21 a 30 dias. Na página 122, do livro Políticas Públicas, Beatriz Azevedo confirma que o Ceará é o Estado do Nordeste, com melhor desempenho no atendimento realizado pelo Sine. Ela diz o seguinte:” Em apenas 10 estados, estes postos responderam por mais de um terço do atendimento, sendo quatro deles na região norte, um na região nordeste, dois na região centro-oeste e três na região sul. Desse conjunto destacam-se quatro estados em que a participação do Sine é de mais de 79%. Amazonas (94%), Amapá (79%), Ceará (81%) e Distrito Federal (87%) .” Veja os indicadores do seguro- desemprego, na tabela 11.

4.5 Qualificando o trabalhador

Os trabalhadores de baixa qualificação, pelo menos no discurso, deveriam ser treinados pelo Plano Estadual de Qualificação- PEQ-Ce. Pelo menos consta no Plano, que o Estado vai treinar esses trabalhadores com baixa escolaridade, as mulheres chefes de família, deficientes, grupos étnicos e jovens entre 16 e 21 anos, autônomos, trabalhadores sob o risco de perder o emprego, desempregados, micro e pequenos produtores. Já não basta o estudo regular, é preciso curso profissionalizante, ter conhecimento mais amplo. Esses novos tempos requisitam mais do que um especialista, um multidisciplinar com possibilidade de executar diferentes tarefas. “Tem empresário que sequer aceita conversar com quem não tenha o primeiro grau completo”. Esta é uma constatação do próprio pessoal do Sine-Ce.

Desde sua criação, em 1996, o PEQ atendeu mais de 500 mil pessoas no Estado do Ceará. Ao longo desses quatro anos, foram investidos R\$67.658.836,55. Recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. O que se constata é que 30% dos trabalhadores que fizeram os cursos do PEQ continuam desempregados e 35% conseguiram se incluir no mercado de trabalho. Segundo o coordenador do PEQ, Robson Oliveira Veras, os outros 30% são de pessoas que só buscaram o aperfeiçoamento profissional. Ele disse que contratou uma consultoria, formada por sete professores da UFC, para realizar uma avaliação do programa, cujo resultado oficial será divulgado em breve.

O PEQ-Ce contempla os seguintes segmentos: artesanato, comunidades rurais, bancários e trabalhadores do sistema financeiro, construção civil, detentos, egressos do sistema penitenciário, jovens em situação de risco social, pescadores, portadores de deficiência, trabalhadores do turismo e da saúde, beneficiário do seguro - desemprego, serviços pessoais, servidores públicos, empreendedores, trabalhadores das bacias irrigáveis e produtores de serviços culturais. O Programa começou trabalhando com 35 entidades formadoras, chegou a 69 em 1998 e caiu para 55 em 99, até devido o corte em 32% nos recursos sociais do Governo Federal.

Apesar da necessidade do programa direcionar melhor a oferta dos cursos, um foi oferecido durante o ano de 99, pelo IDT, que merece destaque, por ser um trabalho inédito, voltado para o primeiro emprego, com 3.057 jovens de escolas públicas participando de oficina de Orientação para o trabalho, Curso Básico de Informática e de Desenvolvimento de Competência Empreendedora. O resultado ainda não foi avaliado pois ainda será feita uma pesquisa para saber o que vai acontecer com esses jovens que participaram da iniciativa. Eles são preparados para abrirem suas empresas ou trabalharem em empresas de terceiros. Os recursos foram do PEQ-Ce.

Segundo o ex-coordenador do Sine-Ce, José de Freitas Uchoa, “Agora, o Brasil brinca de sistema público de emprego e joga pelo ralo boa parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, desviados para o financiamento de ações entre amigos”. O próprio Ministério está suspeitando de desvios com entidades que requalificam profissionais. O Ceará contratou 26 ONG's. Para o ministro Francisco Dorneles, a participação de ONG,s era para ser uma exceção e o que se vê é um percentual muito alto. Pelas novas regras do Planfor, os Estados só poderiam contratar universidades, escolas técnicas públicas, fundações, escolas sindicais e serviços nacionais sociais e de aprendizagem. Exceto estas, as contratações com outras instituições podem ser feitas excepcionalmente e desde que justificadas ao Ministério do Trabalho. E, não foi bem isso que aconteceu. Este é um assunto que está em averiguação pelo Ministério do Trabalho.

4.6 Programas de financiamento- O proger

Exclusão. É a esse público que vive à margem da sociedade que deveria se destinar o Programa de Geração de Emprego e Renda- Proger. Porém não são os excluídos que têm direito a essa linha de crédito. Mas, as pequenas e microempresas, cooperativas e associações produtivas e atividades da economia informal. O Proger nasceu do empenho de alguns técnicos do Ministério do Trabalho, de alguns Sines e do extinto Conselho Nacional de Segurança- CONSEA, que redescobriram e buscaram desenvolver novas experiências de geração de emprego, considerando inclusive os exemplos internacionais, como Grammer Bank de Bangladesh, o Bancosol e o Banco da Mulher, da Bolívia e o Corposol da Colômbia, entre outros.

O Proger foi criado no Brasil, através da Resolução 59 de 25 de março de 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador- Codefat, composto por representações do governo, das lideranças organizacionais dos trabalhadores e também pelos empregadores. Hoje, o Proger está disseminado em todas as unidades da federação tendo como agentes, além do Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Financiadora de Estudos e Pesquisas-FINEP e a Caixa Econômica Federal-CEF. O Proger exige para a sua implantação, especialmente por intermédio do BB e BN, a existência de comissões estaduais e municipais de emprego, que atualmente passam de 800 pelo país.

No Ceará, foi implantado a partir de janeiro de 1995, quando foi firmado convênio de cooperação entre a Setas, via Sine-ce, com o Banco do Nordeste e a sociedade Alemã de Cooperação Técnica, GTZ. A partir de 1996, o Proger expandiu-se para o setor rural, para atender aos pequenos produtores, que tivessem um pedacinho de terra, que pudessem deixar como garantia de financiamento. Como no desenho desse programa urbano há recomendação de capacitação gerencial, as Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho são fundamentais para definirem as prioridades e acompanharem a execução. Até 1997, o Proger já estava presente em 61 dos 184 municípios cearenses e fechou o ano de 1999, em 96 municípios, com um total aproximado de 9.200 créditos efetivados.

Segundo estimativas dos agentes financeiros (BB, BN e mais recentemente Caixa e BNDES), o Proger no Ceará já oportunizou 46.198 empregos . Só para se ter uma idéia, de

21.982 pessoas que procuraram esse tipo de financiamento somente 6.928 conseguiram ter acesso ao dinheiro, o que representa o caráter seletivo e também a morosidade operacional desses agentes e, dos atendidos, em 69% direcionaram o dinheiro para formar capital de giro e, muitos dos projetos que já faliram decorrem da falta de acompanhamento dos agentes envolvidos. Então, o Proger revela falhas que não se limitam ao montante de recursos aplicados.

O limite para financiamento é R\$5.000,00, se for para aquisição de máquinas ou reforma do estabelecimento, com prazo de 24 meses para pagar, com a TJLP mais 2% ao ano. As contas nunca batem... Se o dinheiro é para capital de giro, só leva, no máximo, R\$ 3.000,00 e o prazo de pagamento é 15 meses, se o dinheiro for para mesclar as duas situações, o Banco empresta até R\$5.000,00 com 24 meses de prazo. A concessão do crédito é feita via comissão estadual ou Sines, enquanto o risco das operações ocorre por conta dos bancos associados. Isto criou um problema que vem embaraçando o programa na maioria dos estados. Este problema é mais grave do BB do que no BN, talvez pelo fato deste ser um banco de fomento..

5. CONCLUSÕES

A análise dos dados contidos nos boletins do Sine, no período de 1990 a 1999, constata-se que Fortaleza saiu de uma situação de desemprego disfarçado para uma de desemprego aberto elevado. São 94.803 pessoas buscando emprego. Esse número representa 12,12% da PEA. A maioria desse contingente não teve condições de estudo, não possui suportes sociais e, por isso, não tem condições de voltar ao mercado de trabalho formal. De modo que o trabalho atende uma minoria. São 687.102 privilegiados e, nesse meio, tem o pessoal na informalidade: 371.173 cidadãos. Essas pessoas, pode-se dizer até que não se consideram autônomos com seus microempreendimentos., se julgam desempregado com um meio de vida. Assim, a maioria tem renda e trabalho precários.

Apesar das políticas públicas, vigentes no Ceará, estarem sempre recebendo elogios do Ministério do Trabalho, estão distantes do anseio da população que busca um emprego no mercado formal. O desalento faz com que um grande contingente, inclusive de pessoas qualificadas, já na fase da meia idade, quarentões, aumentem os números da informalidade. Sem uma política que associe crescimento econômico com desenvolvimento, o Ceará sempre terá cidadãos vivendo na linha da miséria e próximo a ela.

As indústrias surgidas na década não mudaram esse quadro, apenas evitaram que esse número fosse ainda maior. Os serviços alavancam grande parte dos ocupados. E, assim, chegam indústrias que se instalam atraídas pelo baixo custo da mão de obra local e pelos subsídios fiscais. Em 90 por cento, os bons salários, das chefias, são para os que já vêm de outros estados ou países, de modo que sobra apenas o trabalho pião para o nativo. E, nessa de baixo salário, a mulher fica ocupando novos espaços. Inclusive, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é um fato a ser destacado na década, embora ainda com salários inferiores ao masculino no desempenho de iguais funções. Preconceito que deve ser superado com o passar do tempo. Para as mulheres, o trabalho significa ser independente, ter seu próprio dinheiro e, para o homem é praticamente a possibilidade de

poder ter dependentes, de formar uma nova família. Apesar da conscientização, é grande o número delas que busca o mercado pela necessidade de complementar a renda familiar.

Os números não deixam dúvidas. Na inatividade estão 1.016.922 pessoas, embora não signifique que todas estejam sem fonte de recursos, vez que os aposentados se inserem nesse grupo. Foi o indicador que mais cresceu ao longo dos 10 anos estudados. Ao observar as políticas públicas desenvolvidas em Fortaleza, constata-se que é preciso aplicar melhor os recursos que chegam através do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT, para qualificar pessoal ou os recursos para financiar pequenas empresas. Quem tem direito a esses benefícios? Em pouca quantidade, o trabalhador recém - desempregado, que faz jus ao auxílio -desemprego, durante quatro ou cinco meses. E, depois, se não tiver apoio da família e amigos, o caminho é a marginalidade. A burocracia e a falta de sensibilidade ainda imperam no atendimento ao público do serviço público.

Outra coisa, Fortaleza precisa aumentar sua participação no comércio extra-regional seja traindo turistas ou mandando produtos artesanais, marinhos e agrícolas, dentre outros, tanto daqui quanto dos demais municípios estaduais, com qualidade, para ganharem mercado externo e, com isso, ter mais dinheiro circulante. Em conseqüente, a economia se movimenta positivamente com criação de postos de emprego ou melhoramento do maquinário. Esta seria uma das soluções para tentar diminuir o desemprego crescente na cidade. O Governo e o empresariado devem 'abrir o olho' enquanto é tempo. Enquanto os excluídos estão apenas no grito...

6. BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora e Edita Unicamp, 1995.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira**. Coleção Texas e Pesquisas- ABET, SP, 1998, v.1
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Rio de Janeiro, 1999
- BARBOSA, Carlos Alonso e outros. **Economia & Trabalho. Texto Básico**: Unicamp-Campinas, 1998
- BARREIRA, C. & LINS, D. S. (orgs). **Poder e violência, Fortaleza**. Universidade Federal do Ceará, 1996.
- COSTA, Mardônio & BRAGA M.C. **Desemprego: investigando o seu perfil atual em Fortaleza**. Sine/Ce, 1995
- DIÁRIO DO NORDESTE. **Cadernos de Economia**. Fortaleza, 1990 a 1999
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Os conceitos e Estatísticas Básicas do Mercado de Trabalho**. São Paulo, Unicamp, 1998
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Desemprego também é doença**. Folha de São Paulo, 4 de janeiro de 1996.
- FAUSTO, Ayrton. **Mulher e Mercosul**. Flacso/Bid/Unesco, 1999.
- FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1984
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ- **Pesquisas “Desemprego e Ocupação”**- Relatório mensal, dos anos 1990-1999. Secretaria do Trabalho e Ação Social.
- _____ **Onde e como se gera emprego no Ceará; estudo sobre o comportamento da Força de trabalho e suas tendências**. Ceará, Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1997
- _____ **Política de Geração de Emprego e Renda no Ceará**, relatório de atividade, 1999
- _____ **Proger Informal no Ceará: Uma avaliação qualitativa**, Flacso. 1999, 88p.
- LIDA, **Revista do Ministério do Trabalho**, janeiro 1999, ano 3, nº 9.

LISBOA, Antônio Teles da Rosa. **O Mercado de trabalho em Fortaleza**. UFC, apostila, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo. **A nova problemática do trabalho e a ética**. Fortaleza; 1995.(mimeo)

O POVO. **Cadernos de economia**. Fortaleza, 1990 a 1999

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira e outros. **Pesquisa: Tendências Atuais da Família da Criança e do Adolescente em Situação de Risco em Fortaleza**. Fortaleza, UECE/Unicef, 1998.

TEIXEIRA, Francisco José (org). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. As Novas Determinações do Mundo do Trabalho**. Fortaleza: Cortez Editora, Universidade Estadual do Ceará, 1996.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. Tese (doutorado)- Depto de Ciências Sociais e Filosofia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1997.

SINE/CE. **A mulher no mercado de trabalho do Estado do Ceará**. Fortaleza, 1993

UCHOA, José de Freitas. **20 anos do Sine no Ceará**. Jornal O POVO, 27 de agosto, 1977, 1º caderno, p.4.

VEJA. **A revolução que liquidou o emprego**. n.42, 19 de outubro de 1994

WERNECK, Viana, M. **A seguridade social no contexto europeu dos anos 80, continuidade e mudanças**. Texto para discussão n.10, Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), junho, 1993.

WHITAKER, Chico. **Idéias para acabar com os picaretas: Cidadania ativa e poder legislativo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1994.

ANEXOS

ANEXO A

DISCURSO DE POSSE DO GOVERNADOR
TASSO RIBEIRO JEREISSATI
1.º DE JANEIRO DE 1999

É uma grande honra para mim participar, pela terceira vez, do ato de posse como Governador do Ceará. Administrar o Estado por três vezes é um privilégio pela oportunidade única de assistir a consolidação de um Projeto de Desenvolvimento que, em quatro gestões sucessivas e democraticamente eleitas, vem transformando radicalmente a face deste Estado, tornando-o uma das áreas mais promissoras e dinâmicas da Federação brasileira.

Agradeço ao povo cearense pela confiança com que me distinguiu para continuar a conduzir o seu destino nessa quadra de transição para o próximo século e o novo milênio. O peso da responsabilidade é enorme, mas a satisfação pelo reconhecimento e confiança em mim depositados me faz plenamente recompensado. O esforço para colocar o Ceará na rota do progresso e na superação do atraso secular tem sido um imenso desafio. Mas a busca do sucesso nessa luta constitui o meu objetivo maior como homem público.

Com o “Projeto das Mudanças ” realizamos, a partir de 1987, o ajuste fiscal inédito no Brasil, iniciamos a reforma do estado, moralizamos a política e restabelecemos a credibilidade interna e externa do Estado. Como resultado, o Ceará passou a gerar poupança em conta corrente, recuperou o respeito da sociedade, acelerou o crescimento econômico, deu início ao resgate da dívida social e formou sua própria capacidade de construir o futuro. Com Ciro Gomes o processo de modernização continuou. Foram preparados grandes projetos para negociação com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas áreas de saneamento básico (Sanear), recursos hídricos e urbanização (Prourb) e turismo (Prodetur) cuja execução estamos agora finalizando. Por isso, o Ceará reconhece e agradece o empenho do governador Ciro Gomes para avançar no rumo do desenvolvimento sustentável.

No nosso segundo governo, que ora se encerra, procurei prosseguir na rota do desenvolvimento sustentável por meio da construção da infra-estrutura física e hídrica do Estado, de modo a remover os gargalos que impediam a plena vantagem competitiva do Ceará como pólo de atração de investimentos privados. Ao mesmo tempo, busquei avançar na industrialização e no estímulo ao turismo e à indústria cultural como motores do crescimento e em levar ao interior a geração de empregos. Em paralelo, esforcei-me para avançar na

capacitação da população para a cidadania e o trabalho, única fórmula viável para promover a distribuição sustentada e abrangente dos frutos do crescimento econômico.

O País e até o mundo reconhecem que a nossa experiência de desenvolvimento foi bem-sucedida e que estamos no caminho certo. Programas como os Agentes Comunitários de Saúde, Reforma Agrária Solidária e tantos outros mencionados no livro da professora norte americana Judith Tandler do M.I.T (Bom Governo dos Trópicos) demonstram o quanto avançamos. O êxito nas reformas nos conduziu a uma gestão governamental austera, ma administração ética e políticas públicas cada vez mais efetivas. A mudança na política levou à mudança na economia e esta à mudança social e cultural. O Ceará já não é o mesmo e o Brasil todo reconhece essa mudança.

Porém, o reconhecimento do sucesso não significa que devemos esquecer as restrições e deficiências impostas pela limitada base econômica, a vulnerabilidade climática da agricultura e os persistentes bolsões de pobreza responsáveis por indicadores sócio-econômicos ainda tão desfavoráveis. Ao contrário, as vitórias já alcançadas servem para nos dar a certeza de que é possível derrotar o subdesenvolvimento no semi-árido. A natureza estrutural dessas restrições não permitem soluções milagrosas em curto espaço de tempo, mas exigem um processo gradual e contínuo de superação dos fatores econômicos, climáticos e sociais que condicionam e perpetuam o subdesenvolvimento. Muito falta por fazer para remover esses fatores regressivos. Mas o que é mais importante; estamos trabalhando com persistência para removê-los.

A última década testemunhou mudanças estruturais profundas no Brasil. Superamos o autoritarismo e construímos uma das maiores nações democráticas do mundo. Desmontamos o obsoleto modelo industrial protecionista e cartorial e abrimos a economia. Lideramos os esforços de integração regional na América do Sul e criamos o Mercosul. Deixamos para trás a crise da dívida externa e nos reintegramos na Comunidade Financeira Internacional. Com o Plano Real debelamos a hiperinflação, redistribuímos renda para os mais pobres e restabelecemos a estabilidade monetária, pré-requisitos para a retomada do crescimento econômico e a erradicação da miséria.

Estamos vivendo agora uma situação de ajustes na economia impostos pelo contágio da turbulência nos mercados emergentes provocada pela crise nos países do sudeste asiático e a recente moratória russa. A reação do Brasil á vulnerabilidade externa tenderá a reduzir os investimentos públicos, aumentar a carga tributária sobre as empresas e reduzir a demanda agregada com impactos transitoriamente recessivos sobre o País.

Esses impactos existirão mas, serão menores no caso do Ceará, pois já fizemos o nosso “dever de casa”. Enxugamos a máquina administrativa, diminuimos o peso da folha de pagamento, equilibramos as finanças, melhoramos a eficácia dos gastos, atraímos investimentos provados e executamos um amplo programa de obras públicas. Por isso, temos a convicção de que o Ceará, apesar do quadro recessivo prenunciado para o Brasil em 1999, continuará crescendo e gerando emprego para nossa mão-de-obra. Nos anos seguintes, com a recuperação da economia nacional e a maturação dos investimentos em gestação, haveremos de crescer ainda com mais intensidade.

Além disso, não podemos esquecer que as transformações já ocorridas no Ceará fizeram surgir um processo de desenvolvimento endógeno em que os principais atores relevantes já desenvolvem laços de cooperação e associação que os tornam solidários e criativos no enfrentamento da crise. A experiência internacional mostra que, uma vez criadas as condições básicas, especialmente a construção do consenso social para a mudança, as sociedades locais com tais características podem superar com mais facilidade os efeitos recessivos nacionais e saírem mais fortalecidos para alcançar o desenvolvimento.

Contamos, também, com a esperança despertada em todos nós pelo segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois tenho certeza de que seu novo Governo irá, após os ajustes necessários, conduzir o País á retomada do crescimento, com melhor distribuição de renda e a redução dos desníveis interregionais de desenvolvimento.

Sabemos, de todo modo, que teremos momentos difíceis. Mas não podemos fraquejar. Temos de olhar para a frente, para uma nova e decisiva etapa. Os resultados atingidos até aqui nos credenciam a apresentar um programa viável para garantir o futuro. Por isso é que peço, uma

vez mais, o apoio e a confiança do povo cearense para que as idéias e propostas de hoje sejam as realizações de amanhã. Muita coisa ainda resta por fazer, especialmente no campo social. Nos próximos quatro anos, lutaremos sem tréguas para alcançar melhores resultados no combate à pobreza e redução das desigualdades.

O Segundo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará para o período de 1999 a 2002 representará uma etapa decisiva na consolidação do Projeto de desenvolvimento do estado que todos nós queremos. O Plano seguirá as mesmas premissas já assumidas na minha segunda administração, constituindo uma sequência lógica no planejamento estratégico até o horizonte do ano 2020, quando o Ceará terá atingido o estágio de desenvolvimento similar aquele hoje alcançado pelos Estados do Sul do Brasil.

Os dois principais objetivos deste Plano são: 1) garantir a continuidade do crescimento econômico e geração de ocupação; e 2) alcançar o desenvolvimento social. Para que estes compromissos se viabilizem, as condições básicas estão asseguradas: i) o equilíbrio fiscal e a credibilidade para alavancar recursos para financiar o desenvolvimento; ii) o bem-sucedido programa de atração de investimentos, inclusive com empreendimentos de grande porte como uma siderúrgica e uma refinaria de petróleo; iii) grande parte da infra-estrutura básica assegurada ou encaminhada e equipamentos essenciais em vias de conclusão.

As principais ações tomadas até aqui pelo Governo do Estado nos últimos 12 anos tem sido coincidentes com as recomendações de políticas contidas nas mais modernas teorias do desenvolvimento econômico. Estas recomendações estão sendo explicitamente incorporadas na elaboração deste Plano de Governo para o período 1999 a 2002. Desta vez, foi incorporado o postulado teórico que relaciona maiores taxas de crescimento com os investimentos em capital físico e em capital humano. Portanto, o Governo priorizará tanto os investimentos em capital físico quanto em capital humano.

Com a ênfase na qualificação do capital humano, poderemos consolidar o processo de mudanças e avançar com maior velocidade no rumo do crescimento econômico com maior equidade social. Partindo dessa premissa e tendo como pano de fundo a reforma contínua na

administração pública, a ação do Governo nos próximos quatro anos será organizada em torno de quatro vetores estratégicos.

O primeiro vetor se refere a *Capacitação da produção para o desenvolvimento*. Atingida a quase universalização da cobertura escolar em 1998 (79% da população de 7 a 14 anos), o grande desafio para manter as crianças na escola é a qualidade da educação básica e a oferta adequada do ensino médio e o tecno-profissionalizante e a formação de professores. Isso envolve um programa integral de “*educação desde o ventre materno à universidade*”; uma ampliação do programa estadual de qualificação profissional e do ensino técnico e tecnológico e a reforma do ensino superior. A capacitação da população é pré-requisito para a melhoria da vida e a realização da cidadania pelos seus reflexos no perfil do emprego e distribuição de renda. Por causa disso, o Governo investirá US\$150 milhões no “*Projeto de Qualificação da Educação Básica*” em parceria com o Banco Mundial.

Esse projeto estratégico contará com os Programa “Olhando para o Futuro, Tempo de Aprender, Novo Ensino Médio, Educação, Cidadania e Trabalho” e Universidade para o Desenvolvimento Sustentável cuja implementação no horizonte de cinco anos incrementará a cobertura e qualidade da escolaridade das novas gerações. Como resultado, teremos, além da obtenção de cidadania, a maior produtividade no trabalho e a crescente “empregabilidade” para a mão-de-obra pela aquisição da capacidade de assimilar e utilizar as modernas tecnologias que surgem nos novos empreendimentos e setores econômicos.

O segundo vetor tem a ver com o *crescimento econômico e geração de ocupação e renda*, que compreende: i) a continuidade da política de industrialização, com a implantação da indústria de base (refinaria, siderúrgica e o Complexo do Pecém) e a atração de mais 300 novas empresas de médio e grande portes; ii) o desenvolvimento do turismo com a *consolidação dos Pólos turísticos* (Região Metropolitana de Fortaleza, Litoral Oeste e Leste, Ibiapaba Cariri e Sertão central), de modo a tornar o setor uma das principais fontes de emprego e renda no Estado. Não podemos subestimar a sua importância para o desenvolvimento do Ceará, pois o turismo representa uma de nossas vocações naturais; iii) a expansão da *indústria cultural* como um crescente mercado de bens simbólicos; iv) a *formação de pólos de agricultura irrigada* em

base empresarial, de alto valor agregado e voltado para a exportação; v) o aumento da produtividade na agricultura de sequeiro com a incorporação de novas tecnologias; e vi) a *continuidade na expansão da infra estrutura física* -. Tais ações criarão expressivo aumento na renda per capita e **oportunidades de trabalho para milhares e milhares de cearenses** nos próximos quatro anos, em níveis acima do crescimento vegetativo da mão-de-obra.

O terceiro vetor diz respeito à melhoria na qualidade de vida da população com o aperfeiçoamento dos serviços sociais básicos de saúde, habitação, saneamento, defesa do cidadão e ação social. Os serviços públicos serão crescentemente orientados para atender as demandas da população e usuários. Persistirão os esforços para reduzir a mortalidade infantil e materna, a diminuição de mortes por fatores externos, a universalização do programa saúde da família e a reestruturação do sistema de atendimento à saúde. Investiremos na habitação popular e levaremos o abastecimento d'água aos distritos acima de 500 habitantes e soluções alternativas para as localidades abaixo de 100 famílias.

A cobertura de esgotamento sanitário será ampliada para 80% da população urbana de Fortaleza, 70% dos pólos turísticos e cidades do PROURB e 100% dos pólos econômicos, a exemplo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Horizonte-Pacajus-Chorozinho e distritos industriais da Região Metropolitana de Fortaleza. No campo da defesa do cidadão, reduziremos os índices de criminalidade em todo o Estado. Para tal, avançaremos na integração das operações de segurança (CIOPS); na formação dos distritos policiais modelos, inspirados no exemplo da polícia de Nova Iorque; na modernização dos equipamentos e na qualificação do pessoal das corporações civil e militar e na melhor articulação da gestão da segurança pública com a Justiça.

Ainda na área da assistência social, sem prejuízo das demais ações, daremos forte ênfase ao programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (PROARES), financiado pelo BID e voltado para o segmento infanto-juvenil que se encontra fora da escola, nas ruas, desnutrido, em convivência com as drogas e a prostituição, em conflito com a lei e em situação de abandono, violência ou abuso. O enfoque intersetorial,

descentralizado e participativo do programa garantirá que se atenda a demanda, atingindo a população-alvo e dando assistência as crianças e adolescentes mais expostos a situações de risco.

Finalmente, o quarto vetor estratégico refere-se ao *fortalecimento do meio rural e o convívio permanente com os efeitos das mudanças climáticas no semi-árido*, que visa a: i) garantir através do Programa Águas do Ceará a oferta d'água para o abastecimento de todas as sedes municipais e distritos, assim como a melhor distribuição dos recursos hídricos no território estadual ou interligação de bacias (PROGERIRH) através de canais, açudes, rios perenizados e adutoras, contribuindo para a expansão da área irrigada em escala empresarial e para exportação; ii) continuar com as ações compensatórias baseadas na demanda comunitária e na participação dos beneficiários através de associações sob a forma de programas como o São José, Reforma Agrária Solidária, Saneamento Rural (KFW), Pró-Renda (GTZ) e projetos educativos; iii) desenvolver um projeto-piloto de ações permanentes e integradas de convivência com o semi-árido com base nos modelos mais desenvolvidos nesse campo (Universidade de Nebraska e Austrália), envolvendo monitoramento e divulgação oportuna de informes climáticos, gestão de recursos hídricos, preservação do meio ambiente, marketing agrícola, recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de secas, ações emergenciais e reorganização agrária.

A Universidade Estadual de Ceará (UECE) deverá se transformar na Universidade do semi-árido, de modo a aproveitar todo o seu potencial e inteligência para equacionar os problemas ligados à convivência com as dificuldades climáticas da nossa região. Para ela está reservado um grande papel na solução dos problemas seculares relativos às secas. Para isso esperamos contar com a capacidade e o talento de seus pesquisadores, professores, servidores e alunos.

O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco seria de grande valia para a regularização do sistema hídrico de nosso Estado. Porém, infelizmente, o Projeto tem encontrado oposição em alguns setores, que têm conseguido obstaculizar sua implantação. Lutaremos pela execução desse Projeto por termos a convicção de sua essencialidade para o nosso Estado.

Em conjunto, os quatro vetores estratégicos do plano, com os seus respectivos programas e projetos, constituem o caminho através do qual serão perseguidos os objetivos e as prioridades da ação governamental nos próximos quatro anos. No entanto, para que os programas sejam executados com eficiência e produzam resultados esperados, temos de continuar com a modernização do serviço público. Nessa mesma linha, continuarão as mudanças iniciadas em 1987, voltadas para a melhoria na qualidade dos serviços públicos e o aumento da capacidade de realização do Governo.

Apesar de sua capacidade revigorada de agir, o Governo do Estado reconhece que tem limitações e que somente pode realizar mais se for capaz de utilizar o potencial de sua ação e mobilizar iniciativas de outros agentes da sociedade. O Governo não é mais o gestor soberano, mas um ator relevante para alavancar ações que levem ao desenvolvimento, com a participação dos demais níveis de Governo, do setor privado, da sociedade civil organizada e das comunidades.

O Ceará não poderia deixar de expressar o reconhecimento à importância e participação dos servidores públicos nos esforços de mudança no nosso Estado. A favorável situação fiscal-financeira do Ceará no contexto do setor público brasileiro mostra o quanto nos esforçamos para adequar-nos à realidade de uma economia estável que exige controle permanente dos gastos com custeio, investimento e encargos da dívida. Essa cautela é que nos tem permitido enfrentar as dificuldades do momento com serenidade e confiança no futuro.

É com essa visão que reafirmo o compromisso com os programas de qualificação profissional dos servidores públicos, sócios importantes nesta grande empreitada de colocar o Estado a serviço da sociedade. Funcionários valorizados, conscientes do seu papel e da importância do seu trabalho, cientes da sua missão, constituem a peça chave da transformação na administração pública. Ademais, a instituição de um novo sistema previdenciário na administração estadual, inclusive com a criação de um fundo de pensão, desmontará a “bomba relógio” do esquema atual de aposentadoria assumido integralmente pelo tesouro e abrirá espaço para definir uma nova política de remuneração do servidor público.

Em simultâneo com a melhoria na qualidade da máquina pública, será reestruturado o modelo de gestão participativa implantado em 1995. Vamos aprimorar as formas pelas quais a sociedade pode participar das definições de políticas públicas. Reconheço que o nosso experimento com o modelo de gestão participativa enfrentou dificuldades práticas de funcionamento na minha segunda administração. Mas dado o seu ineditismo na ocasião, não poderia ter sido diferente. Os erros e falhas no seu funcionamento serviram para o aprendizado e a reflexão. Daremos continuidade agora ao aperfeiçoamento do modelo de gestão participativa tomando em conta as avaliações realizadas.

Mais do que nunca, o momento é de união dos cearenses em torno do projeto de desenvolvimento que a todos beneficia. Este Governo que ora toma posse buscará ouvir a todos sem distinção em prol da inclusão da sociedade como um todo. Estou convicto de que só poderemos superar os problemas da pobreza e da exclusão social se juntarmos as mãos para a consolidação de um Projeto de futuro que está dando certo. Um futuro onde todos serão plenamente cidadãos.

De modo particular, o Poder Executivo trabalhará em estreita harmonia com a Assembléia Legislativa e com o Poder Judiciário parceiros fundamentais na construção de um Ceará mais próspero e mais justo. Através desta grande parceria, temos certeza de que o Governo e a sociedade estarão unidos para construir o desenvolvimento do Estado, melhorando a qualidade de vida para todos os cearenses.

Da mesma forma, espero trabalhar em parceria com a classe política e com os prefeitos municipais, que estão em permanente sintonia com as aspirações das comunidades. Continuaremos juntos a construção de uma nova forma de governar e de fazer política, mais consentânea com as necessidades do desenvolvimento sustentável do Ceará nessa etapa decisiva que ora se inicia.

A imagem do Ceará como um Estado atrasado e de “pires na mão” felizmente se tornou uma coisa do passado. Hoje nos orgulhamos de nossa condição e estamos confiantes de que temos capacidade para construir o próprio futuro com a coragem e o suor de nosso povo. Em

benefício desse povo valoroso é que quero aproveitar o último mandato que me foi concedido para conduzir um trabalho de construção coletiva. Espero fazer isso em sintonia com os anseios da população. Reafirmo minha disposição para ser o instrumento da sociedade na viabilização do projeto de desenvolvimento sustentável do Ceará. O Ceará unido é a condição para o Ceará desenvolvido. Povo e Governo junto haveremos de construir um grande Estado.

Muito obrigado e que Deus nos Ilumine

TASSO RIBEIRO JEREISSATI

ANEXO B

**TABELAS SOBRE DESEMPENHO
DO MERCADO DE TRABALHO**

Tabela.1 Nível de Ocupação, por Sexo

Sexo	Dezembro 90		Dezembro 99	
	Taxa (%)	Nº Absoluto	Taxa (%)	Nº Absoluto
Masculino	56,92	392.437	47,89	391.992
Feminino	30,86	263.328	29,91	295.110

Fonte: Sine/IDT

Tabela 2 Nível de Desemprego por Sexo

Sexo	Dezembro 90		Dezembro 99	
	Taxa (%)	Nº Absoluto	Taxa (%)	Nº Absoluto
Masculino	9,36	40.530	12,10	53.971
Feminino	11,28	33.482	12,15	40.832

Fonte: Sine/ IDT

Tabela 3 Principais Indicadores do Mercado de Trabalho**FORTALEZA- 1990-1999**

Indicadores	Dezembro- 1990		Dezembro- 1999	
	Taxa (%)	Absoluto	Taxa (%)	Absoluto
PEA	47,77	737.149	43,66	788.052
PNEA	52,08	803.582	56,34	1.016.922
OCUPACÃO	42,50	655.765	38,07	687.102

Fonte: Sine/IDT

Tabela 4 Taxa média anual da inatividade

Indicadores	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PEA	46,12	46,50	44,58	47,02	46,29	45,89	44,86	45,43
PNEA	53,88	53,50	55,42	52,08	53,71	54,11	55,14	54,57
OCUPAÇÃO	41,10	41,27	40,14	42,60	42,00	41,35	40,06	39,23

Fonte: Sine/IDT

Tabela 5 Taxa de Desemprego por idade, 1990-1999

Faixa etária	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99
10-19	20,86	18,96	20,06	19,24	17,57	16,34	19,90	19,95	39,16	31,96
20-29	13,50	14,70	14,62	13,25	13,66	12,43	13,55	14,61	16,94	16,43
30-39	8,08	7,80	8,60	7,56	6,15	7,14	7,90	7,96	9,83	11,27
40-49	2,87	4,75	3,45	4,57	3,44	3,99	3,34	4,87	7,27	6,83
≥ 50	2,87	2,91	3,07	2,19	2,16	1,59	1,90	3,95	4,36	4,28

Fonte: Sine/IDT

Tabela 6 Número de Pessoas desempregadas

Faixa etária	1990	1999	Diferença
10 - 19	17.093	14.107	- 2.986
20 - 29	37.880	41.258	3.378
30 - 39	13.921	25.341	11.420
40 - 49	2.643	10.030	7.387
≥ 50	2.467	4.067	1.600

Fonte: Sine/IDT

Tabela 7 Taxa de Ocupação, por idade, 1990-1999

Faixa etária	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99
10-19	15,79	13,77	13,67	13,17	15,25	14,39	13,74	24,28	23,03	20,39
20-29	57,37	56,46	55,15	53,96	56,28	55,66	55,25	54,71	53,25	51,31
30-39	63,67	65,06	64,45	64,70	64,99	63,34	63,74	63,15	63,15	59,87
40-49	62,01	62,01	64,59	61,26	67,42	65,30	64,94	61,50	60,44	61,13
≥ 50	28,91	26,79	28,52	27,04	29,19	29,41	27,77	26,56	26,13	24,85

Fonte: Sine/IDT

Tabela 8 Número de Pessoas Ocupadas

Faixa etária	1990	1999	Diferença
10 - 19	64.819	50.434	-14.385
20 - 29	242.719	209.702	-33.017
30 - 39	158.349	199.397	41.048
40 - 49	106.388	136.802	30.414
≥ 50	83.490	90.767	7.277

Fonte: Sine/IDT

Tabela 9 Taxa de desempenho do índice de desemprego na década

Ano	Média	Mês de dezembro	Menor taxa	Maior taxa
1990	12,58	12,29	11,29 – DEZ	14,64 – JUN
1991	11,30	10,91	10,01 – SET	15,27 – ABR
1992	13,21	11,70	10,91 – DEZ	15,35 – JUN
1993	12,69	10,30	10,30 – DEZ	14,59 – MAI
1994	11,36	9,74	9,74 – DEZ	12,57 – JUL
1995	9,91	9,71	9,15 – OUT	10,54 – JUL
1996	11,53	10,45	9,81 – JUN	12,44 – JUL
1997	12,34	11,57	9,86 – JUN	13,71 – AGO
1998	14,35	14,80	11,68 – JUN	15,45 – OUT
1999	15,44	13,57	13,43 – OUT	17,27 – ABR

Fonte: Sine/IDT

Tabela 10 Taxa de Ocupação Informal em Dezembro

Indicador	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99
Ocupação Informal	52,22	50,47	53,41	53,77	55,86	55,12	54,35	53,59	54,91	54,02

Fonte: Sine/IDT

ANEXO C

METAS DO SINE/IDT – 1990 A 1999

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1990
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P
JAN		5.298	#DIV/0!		1.377	#DIV/0!		1.840	#DIV/0!		958	#DIV/0!			#DIV/0!
FEV		4.193	#DIV/0!		1.014	#DIV/0!		1.450	#DIV/0!		708	#DIV/0!			#DIV/0!
MAR		4.978	#DIV/0!		814	#DIV/0!		1.219	#DIV/0!		695	#DIV/0!			#DIV/0!
1º TRI.		14.469	#DIV/0!		3.205	#DIV/0!		4.509	#DIV/0!		2.361	#DIV/0!			#DIV/0!
ABR		2.675	#DIV/0!		642	#DIV/0!		661	#DIV/0!		353	#DIV/0!			#DIV/0!
MAI		4.119	#DIV/0!		1.492	#DIV/0!		1.814	#DIV/0!		911	#DIV/0!			#DIV/0!
JUN		3.213	#DIV/0!		1.335	#DIV/0!		1.730	#DIV/0!		747	#DIV/0!			#DIV/0!
2º TRI.		10.007	#DIV/0!		3.469	#DIV/0!		4.205	#DIV/0!		2.011	#DIV/0!			#DIV/0!
1º SEM.		24.476	#DIV/0!		6.674	#DIV/0!		8.714	#DIV/0!		4.372	#DIV/0!			#DIV/0!
JUL		4.893	#DIV/0!		1.821	#DIV/0!		2.148	#DIV/0!		1.017	#DIV/0!			#DIV/0!
AGO		4.646	#DIV/0!		1.651	#DIV/0!		2.320	#DIV/0!		1.257	#DIV/0!			#DIV/0!
SET		3.455	#DIV/0!		1.775	#DIV/0!		2.214	#DIV/0!		1.252	#DIV/0!			#DIV/0!
3º TRI.		12.994	#DIV/0!		5.247	#DIV/0!		6.682	#DIV/0!		3.526	#DIV/0!			#DIV/0!
OUT		4.138	#DIV/0!		1.630	#DIV/0!		2.549	#DIV/0!		1.303	#DIV/0!			#DIV/0!
NOV		3.810	#DIV/0!		1.067	#DIV/0!		1.735	#DIV/0!		900	#DIV/0!			#DIV/0!
DEZ		2.674	#DIV/0!		791	#DIV/0!		1.076	#DIV/0!		545	#DIV/0!			#DIV/0!
4º TRI.		10.622	#DIV/0!		3.488	#DIV/0!		5.360	#DIV/0!		2.748	#DIV/0!			#DIV/0!
2º SEM.		23.616	#DIV/0!		8.735	#DIV/0!		12.042	#DIV/0!		6.274	#DIV/0!			#DIV/0!
ANUAL		48.092	#DIV/0!		15.409	#DIV/0!		20.756	#DIV/0!		10.646	#DIV/0!			#DIV/0!

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1991
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN		5.810	#DIV/0!		1.228	#DIV/0!		2.168	#DIV/0!		839	#DIV/0!			#DIV/0!
FEV		4.489	#DIV/0!		1.082	#DIV/0!		1.600	#DIV/0!		766	#DIV/0!			#DIV/0!
MAR		4.514	#DIV/0!		1.161	#DIV/0!		1.743	#DIV/0!		864	#DIV/0!			#DIV/0!
1º TRI.		14.813	#DIV/0!		3.471	#DIV/0!		5.511	#DIV/0!		2.469	#DIV/0!			#DIV/0!
ABR		5.471	#DIV/0!		1.513	#DIV/0!		2.382	#DIV/0!		998	#DIV/0!			#DIV/0!
MAI		4.222	#DIV/0!		1.412	#DIV/0!		1.889	#DIV/0!		964	#DIV/0!			#DIV/0!
JUN		4.236	#DIV/0!		1.378	#DIV/0!		2.000	#DIV/0!		815	#DIV/0!			#DIV/0!
2º TRI.		13.929	#DIV/0!		4.303	#DIV/0!		6.271	#DIV/0!		2.777	#DIV/0!			#DIV/0!
1º SEM.		28.742	#DIV/0!		7.774	#DIV/0!		11.782	#DIV/0!		5.246	#DIV/0!			#DIV/0!
JUL		5.080	#DIV/0!		1.885	#DIV/0!		2.661	#DIV/0!		1.193	#DIV/0!			#DIV/0!
AGO		4.340	#DIV/0!		1.495	#DIV/0!		2.165	#DIV/0!		1.148	#DIV/0!			#DIV/0!
SET		3.930	#DIV/0!		1.490	#DIV/0!		2.315	#DIV/0!		1.068	#DIV/0!			#DIV/0!
3º TRI.		13.350	#DIV/0!		4.870	#DIV/0!		7.141	#DIV/0!		3.409	#DIV/0!			#DIV/0!
OUT		4.584	#DIV/0!		1.782	#DIV/0!		2.605	#DIV/0!		1.161	#DIV/0!			#DIV/0!
NOV		4.161	#DIV/0!		1.376	#DIV/0!		1.963	#DIV/0!		935	#DIV/0!			#DIV/0!
DEZ		2.930	#DIV/0!		1.269	#DIV/0!		1.524	#DIV/0!		634	#DIV/0!			#DIV/0!
4º TRI.		11.675	#DIV/0!		4.427	#DIV/0!		6.092	#DIV/0!		2.730	#DIV/0!			#DIV/0!
2º SEM.		25.025	#DIV/0!		9.297	#DIV/0!		13.233	#DIV/0!		6.139	#DIV/0!			#DIV/0!
ANUAL		53.767	#DIV/0!		17.071	#DIV/0!		25.015	#DIV/0!		11.385	#DIV/0!			#DIV/0!

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SAS

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE/CE

UNIDADE DE INTERMEDIÇÃO

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1992

ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN	4.398	6.327	1,44	1.533	1.452	0,95	2.094	2.562	1,22	1.046	984	0,94	891	1.597	1,79
FEV	3.925	4.842	1,23	1.407	1.284	0,91	1.708	1.881	1,10	952	866	0,91	897	1.616	1,80
MAR	4.277	5.104	1,19	1.640	1.257	0,77	2.168	2.013	0,93	1.201	1.074	0,89	887	1.578	1,78
1º TRI.	12.600	16.273	1,29	4.580	3.993	0,87	5.970	6.456	1,08	3.199	2.924	0,91	2.675	4.791	1,79
ABR	4.572	5.291	1,16	1.825	1.377	0,75	2.295	2.034	0,89	1.249	831	0,67	905	1.917	2,12
MAI	4.527	5.266	1,16	1.792	1.324	0,74	2.246	2.117	0,94	1.228	1.050	0,86	912	2.362	2,59
JUN	4.243	5.604	1,32	1.859	1.422	0,76	2.178	2.323	1,07	1.169	1.074	0,92	920	1.789	1,94
2º TRI.	13.342	16.161	1,21	5.476	4.123	0,75	6.719	6.474	0,96	3.646	2.955	0,81	2.737	6.068	2,22
1º SEM.	25.942	32.434	1,25	10.056	8.116	0,81	12.689	12.930	1,02	6.845	5.879	0,86	5.412	10.859	2,01
JUL	4.648	5.791	1,25	2.084	1.365	0,65	2.860	2.299	0,80	1.410	1.089	0,77	900	1.957	2,17
AGO	4.449	5.081	1,14	2.093	1.372	0,66	2.621	2.190	0,84	1.439	923	0,64	902	2.206	2,45
SET	4.080	5.020	1,23	1.926	1.528	0,79	2.414	2.454	1,02	1.259	1.141	0,91	922	2.251	2,44
3º TRI.	13.177	15.892	1,21	6.103	4.265	0,70	7.895	6.943	0,88	4.108	3.153	0,77	2.724	6.414	2,35
OUT	3.956	5.180	1,31	1.850	1.396	0,75	2.357	2.084	0,88	1.266	996	0,79	884	1.882	2,13
NOV	3.528	5.866	1,66	1.576	1.682	1,07	1.910	2.356	1,23	1.053	913	0,87	903	2.306	2,55
DEZ	2.816	3.352	1,19	1.352	978	0,72	1.529	1.817	1,19	819	751	0,92	881	1.558	1,77
4º TRI.	10.300	14.398	1,40	4.778	4.056	0,85	5.796	6.257	1,08	3.138	2.660	0,85	2.668	5.746	2,15
2º SEM.	23.477	30.290	1,29	10.881	8.321	0,76	13.691	13.200	0,96	7.246	5.813	0,80	5.392	12.160	2,26
ANUAL	49.419	62.724	1,27	20.937	16.437	0,79	26.380	26.130	0,99	14.001	11.692	0,83	10.804	23.019	2,13

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1993
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P
JAN	6.629	6.856	1,03	1.620	1.463	0,90	2.378	2.286	0,96	1.277	918	0,72	1.930	1.776	0,92
FEV	5.063	4.793	0,95	1.315	1.039	0,79	1.930	1.871	0,97	1.033	793	0,77	1.930	1.583	0,82
MAR	5.324	7.804	1,47	1.282	1.760	1,37	1.883	2.894	1,54	1.009	1.111	1,10	1.930	2.571	1,33
1º TRI.	17.016	19.453	1,14	4.217	4.262	1,01	6.191	7.051	1,14	3.319	2.822	0,85	5.790	5.930	1,02
ABR	4.912	6.584	1,34	1.355	1.546	1,14	1.993	2.663	1,34	1.068	1.058	0,99	2.613	2.216	0,85
MAI	5.428	7.662	1,41	1.671	1.527	0,91	2.461	2.764	1,12	1.315	1.040	0,79	1.246	2.150	1,73
JUN	5.059	7.003	1,38	1.601	1.456	0,91	2.357	2.703	1,15	1.260	1.144	0,91	1.929	2.386	1,24
2º TRI.	15.399	21.249	1,38	4.627	4.529	0,98	6.811	8.130	1,19	3.643	3.242	0,89	5.788	6.752	1,17
1º SEM.	32.415	40.702	1,26	8.844	8.791	0,99	13.002	15.181	1,17	6.962	6.064	0,87	11.578	12.682	1,10
JUL	5.961	7.427	1,25	1.953	1.679	0,86	2.987	2.949	0,99	1.553	1.345	0,87	1.900	2.279	1,20
AGO	5.353	7.865	1,47	1.748	1.666	0,95	2.577	3.183	1,24	1.381	1.181	0,86	1.930	2.751	1,43
SET	4.891	6.912	1,41	1.820	1.509	0,83	2.675	2.653	0,99	1.434	1.209	0,84	1.930	2.524	1,31
3º TRI.	16.205	22.204	1,37	5.521	4.854	0,88	8.239	8.785	1,07	4.368	3.735	0,86	5.760	7.554	1,31
OUT	5.251	6.901	1,31	1.845	1.798	0,97	2.711	3.247	1,20	1.454	1.287	0,89	1.930	2.603	1,35
NOV	5.118	6.213	1,21	1.647	1.623	0,99	2.421	2.947	1,22	1.297	1.330	1,03	1.930	2.535	1,31
DEZ	3.351	4.023	1,20	1.100	1.260	1,15	1.618	2.088	1,29	869	924	1,06	1.900	2.013	1,06
4º TRI.	13.720	17.137	1,25	4.592	4.681	1,02	6.750	8.282	1,23	3.620	3.541	0,98	5.760	7.151	1,24
2º SEM.	29.925	39.341	1,31	10.113	9.535	0,94	14.989	17.067	1,14	7.988	7.276	0,91	11.520	14.705	1,28
ANUAL	62.340	80.043	1,28	18.957	18.326	0,97	27.991	32.248	1,15	14.950	13.340	0,89	23.098	27.387	1,19

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1994
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN	5.200	7.662	1,47	1.511	1.631	1,08	2.289	3.203	1,40	1.235	1.129	0,91	2.103	1.381	0,66
FEV	5.226	4.997	0,96	1.516	1.377	0,91	2.310	2.719	1,18	1.234	955	0,77	2.111	1.328	0,63
MAR	5.271	6.559	1,24	1.552	1.596	1,03	2.326	3.087	1,33	1.274	1.061	0,83	2.137	2.362	1,11
1º TRI.	15.697	19.218	1,22	4.579	4.604	1,01	6.925	9.009	1,30	3.743	3.145	0,84	6.351	5.071	0,80
ABR	5.318	6.182	1,16	1.562	1.988	1,27	2.394	3.699	1,55	1.284	1.227	0,96	2.153	2.333	1,08
MAI	5.373	6.712	1,25	1.600	1.974	1,23	2.374	3.798	1,60	1.292	1.514	1,17	2.170	2.646	1,22
JUN	5.379	6.108	1,14	1.531	2.299	1,50	2.388	3.999	1,67	1.284	1.533	1,19	2.186	1.979	0,91
2º TRI.	16.070	19.002	1,18	4.693	6.261	1,33	7.156	11.496	1,61	3.860	4.274	1,11	6.509	6.958	1,07
1º SEM.	31.767	38.220	1,20	9.272	10.865	1,17	14.081	20.505	1,46	7.603	7.419	0,98	12.860	12.029	0,94
JUL	5.407	7.277	1,35	1.514	2.873	1,90	2.445	4.955	2,03	1.295	2.040	1,58	2.187	2.248	1,03
AGO	5.440	9.588	1,76	1.604	2.524	1,57	2.443	4.814	1,97	1.312	2.083	1,59	2.206	2.713	1,23
SET	5.442	7.429	1,37	1.510	2.678	1,77	2.465	4.664	1,89	1.324	2.012	1,52	2.207	2.560	1,16
3º TRI.	16.289	24.294	1,49	4.628	8.075	1,74	7.353	14.433	1,96	3.931	6.135	1,56	6.600	7.521	1,14
OUT	5.475	7.294	1,33	1.535	2.611	1,70	2.473	4.530	1,83	1.318	1.918	1,46	2.222	1.713	0,77
NOV	5.492	8.236	1,50	1.560	3.344	2,14	2.551	5.500	2,16	1.326	2.265	1,71	2.231	2.156	0,97
DEZ	5.270	6.360	1,21	1.454	2.522	1,73	2.502	4.238	1,69	1.221	2.006	1,64	2.143	2.306	1,08
4º TRI.	16.237	21.890	1,35	4.549	8.477	1,86	7.526	14.268	1,90	3.865	6.189	1,60	6.596	6.175	0,94
2º SEM.	32.526	46.184	1,42	9.177	16.552	1,80	14.879	28.701	1,93	7.796	12.324	1,58	13.196	13.696	1,04
ANUAL	64.293	84.404	1,31	18.449	27.417	1,49	28.960	49.206	1,70	15.399	19.743	1,28	26.056	25.725	0,99

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - SAS

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE/CE

UNIDADE DE INTERMEDIÇÃO

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1995

ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P
JAN	7.737	10.001	1,29	2.830	3.279	1,16	5.312	5.243	0,99	1.658	1.878	1,13	1.455	1.712	1,18
FEV	7.833	6.537	0,83	2.888	2.268	0,79	5.430	3.799	0,70	1.724	1.478	0,86	1.399	1.966	1,41
MAR	7.931	10.723	1,35	2.947	2.838	0,96	5.551	4.685	0,84	1.791	1.876	1,05	2.489	1.811	0,73
1º TRI.	23.501	27.261	1,16	8.665	8.385	0,97	16.293	13.727	0,84	5.173	5.232	1,01	5.343	5.489	1,03
ABR	8.032	7.169	0,89	3.008	2.122	0,71	5.675	3.691	0,65	1.860	1.760	0,95	2.458	1.734	0,71
MAI	8.135	9.989	1,23	3.070	2.182	0,71	5.802	4.139	0,71	1.931	1.757	0,91	2.788	2.305	0,83
JUN	8.240	8.898	1,08	3.133	2.090	0,67	5.932	3.939	0,66	2.003	1.755	0,88	2.085	2.518	1,21
2º TRI.	24.407	26.056	1,07	9.211	6.394	0,69	17.409	11.769	0,68	5.794	5.272	0,91	7.331	6.557	0,89
1º SEM.	47.908	53.317	1,11	17.876	14.779	0,83	33.702	25.496	0,76	10.967	10.504	0,96	12.674	12.046	0,95
JUL	8.348	8.986	1,08	3.198	2.078	0,65	6.065	4.127	0,68	2.078	1.677	0,81	2.368	1.898	0,80
AGO	8.458	10.705	1,27	3.265	2.408	0,74	6.201	4.564	0,74	2.154	2.013	0,93	2.858	1.909	0,67
SET	8.571	8.858	1,03	3.333	2.017	0,61	6.340	3.821	0,60	2.232	1.576	0,71	2.697	2.139	0,79
3º TRI.	25.377	28.549	1,12	9.796	6.503	0,66	18.606	12.512	0,67	6.464	5.266	0,81	7.923	5.946	0,75
OUT	8.686	10.097	1,16	3.403	2.972	0,87	6.481	4.522	0,70	2.311	1.816	0,79	1.805	2.256	1,25
NOV	8.803	9.939	1,13	3.474	2.862	0,82	6.626	5.570	0,84	2.394	1.827	0,76	2.351	2.311	0,98
DEZ	8.923	6.288	0,70	3.546	1.869	0,53	6.773	3.715	0,55	2.476	1.443	0,58	2.258	1.879	0,83
4º TRI.	26.412	26.324	1,00	10.423	7.703	0,74	19.880	13.807	0,69	7.181	5.086	0,71	6.414	6.446	1,00
2º SEM.	51.789	54.873	1,06	20.219	14.206	0,70	38.486	26.319	0,68	13.645	10.352	0,76	14.337	12.392	0,86
ANUAL	99.697	108.190	1,09	38.095	28.985	0,76	72.188	51.815	0,72	24.612	20.856	0,85	27.011	24.438	0,90

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1996

ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P	PREV.	REAL.	R/P
JAN	9.971	12.471	1,25	3.732	2.719	0,73	6.025	5.668	0,94	2.305	1.685	0,73	1.455	2.264	1,56
FEV	6.516	8.768	1,35	2.582	2.257	0,87	4.364	4.727	1,08	1.778	1.751	0,98	1.399	1.798	1,29
MAR	10.689	9.766	0,91	3.238	2.284	0,71	5.385	5.361	1,00	2.210	1.939	0,88	2.489	2.692	1,08
1º TRI	27.176	31.005	1,14	9.552	7.260	0,76	15.774	15.756	1,00	6.293	5.375	0,85	5.343	6.754	1,26
ABR	7.152	10.237	1,43	2.416	2.559	1,06	4.258	5.370	1,26	2.026	1.951	0,96	2.458	2.235	0,91
MAI	9.957	10.812	1,09	2.486	3.150	1,27	4.757	6.125	1,29	2.004	2.183	1,09	2.788	2.578	0,92
JUN	8.870	9.258	1,04	2.379	2.951	1,24	4.529	5.143	1,14	2.004	2.153	1,07	2.085	2.648	1,27
2º TRI	25.979	30.307	1,17	7.281	8.660	1,19	13.544	16.638	1,23	6.034	6.287	1,04	7.331	7.461	1,02
1º SEM.	53.155	61.312	1,15	16.833	15.920	0,95	29.318	32.394	1,10	12.327	11.662	0,95	12.674	14.215	1,12
JUL	8.958	13.284	1,48	2.366	3.489	1,47	4.743	7.006	1,48	1.914	2.318	1,21	2.368	2.099	0,89
AGO	10.670	12.908	1,21	2.740	2.922	1,07	5.244	6.155	1,17	2.299	2.276	0,99	2.858	2.295	0,80
SET	8.834	11.474	1,30	2.295	3.275	1,43	4.394	6.081	1,38	1.798	2.248	1,25	2.697	2.229	0,83
3º TRI	28.462	37.666	1,32	7.401	9.686	1,31	14.381	19.242	1,34	6.011	6.842	1,14	7.923	6.623	0,84
OUT	10.064	11.007	1,09	3.380	2.699	0,80	5.141	6.392	1,24	2.073	2.112	1,02	1.805	2.547	1,41
NOV	8.777	10.190	1,16	3.949	2.715	0,69	7.609	6.280	0,83	2.567	2.187	0,85	2.351	2.302	0,98
DEZ	8.893	7.514	0,84	4.021	2.515	0,63	7.762	4.748	0,61	2.653	1.741	0,66	2.258	1.926	0,85
4º TRI	27.734	28.711	1,04	11.350	7.929	0,70	20.512	17.420	0,85	7.293	6.040	0,83	6.414	6.775	1,06
2º SEM.	56.196	66.377	1,18	18.751	17.615	0,94	34.893	36.662	1,05	13.304	12.882	0,97	14.337	13.398	0,93
ANUAL	109.351	127.689	1,17	35.584	33.535	0,94	64.211	69.056	1,08	25.631	24.544	0,96	27.011	27.613	1,02

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1997

ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN	13.152	14.294	1,09	2.962	3.065	1,03	5.774	8.008	1,39	1.902	2.116	1,11	2.463	2.285	0,93
FEV	9.332	10.763	1,15	2.439	2.232	0,92	4.837	5.318	1,10	1.845	1.877	1,02	1.811	1.870	1,03
MAR	10.468	10.472	1,00	2.576	3.008	1,17	5.619	6.616	1,18	2.117	2.157	1,02	2.711	2.041	0,75
1º TRI.	32.952	35.529	1,08	7.977	8.305	1,04	16.230	19.942	1,23	5.864	6.150	1,05	6.985	6.196	0,89
ABR	10.839	11.577	1,07	2.813	3.382	1,20	5.719	7.483	1,31	2.219	2.570	1,16	2.255	2.164	0,96
MAI	11.482	11.449	1,00	3.400	3.831	1,13	6.404	7.541	1,18	2.548	2.828	1,11	2.596	2.379	0,92
JUN	9.903	12.337	1,25	3.329	3.585	1,08	5.577	6.026	1,08	2.434	2.471	1,02	2.671	2.170	0,81
2º TRI.	32.224	35.363	1,10	9.542	10.798	1,13	17.700	21.050	1,19	7.201	7.869	1,09	7.522	6.713	0,89
1º SEM.	65.176	70.892	1,09	17.519	19.103	1,09	33.930	40.992	1,21	13.065	14.019	1,07	14.507	12.909	0,89
JUL	13.948	12.639	0,91	3.834	3.598	0,94	7.148	7.027	0,98	2.529	2.660	1,05	2.186	2.100	0,96
AGO	13.750	11.858	0,86	3.223	3.194	0,99	6.418	6.796	1,06	2.423	2.606	1,08	2.321	2.109	0,91
SET	12.224	11.405	0,93	3.640	3.155	0,87	6.468	6.817	1,05	2.587	2.907	1,12	2.308	1.923	0,83
3º TRI.	39.922	35.902	0,90	10.697	9.947	0,93	20.034	20.640	1,03	7.539	8.173	1,08	6.815	6.132	0,90
OUT	11.747	10.830	0,92	2.936	3.327	1,13	6.497	7.288	1,12	2.247	2.761	1,23	2.573	2.326	0,90
NOV	9.875	8.300	0,84	3.894	2.845	0,73	7.253	6.139	0,85	2.781	2.676	0,96	2.369	2.036	0,86
DEZ	10.156	4.794	0,47	4.056	1.915	0,47	7.160	4.073	0,57	2.674	1.571	0,59	2.278	1.539	0,68
4º TRI.	31.778	23.924	0,75	10.886	8.087	0,74	20.910	17.500	0,84	7.702	7.008	0,91	7.220	5.901	0,82
2º SEM.	71.700	59.826	0,83	21.583	18.034	0,84	40.944	38.140	0,93	15.241	15.181	1,00	14.035	12.033	0,86
ANUAL	136.876	130.718	0,96	39.102	37.137	0,95	74.874	79.132	1,06	28.306	29.200	1,03	28.542	24.942	0,87

METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1998
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			VISITA AS EMPRESAS		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN	14.832	9.555	0,64	3.615	3.282	0,91	7.382	6.935	0,94	2.681	2.216	0,83	2.453	1.821	0,74
FEV	11.152	8.293	0,74	2.847	2.772	0,97	5.979	5.987	1,00	2.390	2.418	1,01	2.330	1.683	0,72
MAR	11.461	10.723	0,94	3.633	3.168	0,87	7.429	7.577	1,02	2.695	2.569	0,95	2.470	1.624	0,66
1º TRI.	37.445	28.571	0,76	10.095	9.222	0,91	20.790	20.499	0,99	7.766	7.203	0,93	7.253	5.128	0,71
ABR	12.670	9.988	0,79	3.795	3.715	0,98	7.433	7.388	0,99	2.834	3.029	1,07	2.488	1.624	0,65
MAI	12.530	9.925	0,79	3.730	3.321	0,89	7.440	7.479	1,01	2.869	3.041	1,06	2.492	1.488	0,60
JUN	13.502	8.841	0,65	3.430	3.143	0,92	7.203	6.851	0,95	2.638	2.504	0,95	2.475	1.596	0,64
2º TRI.	38.702	28.754	0,74	10.955	10.179	0,93	22.076	21.718	0,98	8.341	8.574	1,03	7.455	4.708	0,63
1º SEM.	76.147	57.325	0,75	21.050	19.401	0,92	42.866	42.217	0,98	16.107	15.777	0,98	14.708	9.836	0,67
JUL	13.833	11.521	0,83	3.547	3.742	1,05	7.339	7.464	1,02	2.728	2.709	0,99	2.462	1.578	0,64
AGO	12.978	13.785	1,06	3.369	3.729	1,11	7.075	7.990	1,13	2.592	2.999	1,16	2.480	1.403	0,57
SET	12.482	14.524	1,16	3.230	4.323	1,34	6.783	7.964	1,17	2.485	2.879	1,16	2.466	1.448	0,59
3º TRI.	39.293	39.830	1,01	10.146	11.794	1,16	21.197	23.418	1,10	7.805	8.587	1,10	7.408	4.429	0,60
OUT	12.856	14.472	1,13	3.530	4.155	1,18	7.213	7.842	1,09	2.715	3.241	1,19	2.486	1.469	0,59
NOV	11.807	14.743	1,25	3.554	4.520	1,27	7.240	8.603	1,19	2.734	3.030	1,11	2.452	1.594	0,65
DEZ	10.897	10.133	0,93	3.268	2.784	0,85	6.863	5.109	0,74	2.514	2.148	0,85	2.401	1.659	0,69
4º TRI.	35.560	39.348	1,11	10.352	11.459	1,11	21.316	21.554	1,01	7.963	8.419	1,06	7.339	4.722	0,64
2º SEM.	74.853	79.178	1,06	20.498	23.253	1,13	42.513	44.972	1,06	15.768	17.006	1,08	14.747	9.151	0,62
ANUAL	151.000	136.503	0,90	41.548	42.654	1,03	85.379	87.189	1,02	31.875	32.783	1,03	29.455	18.987	0,64

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT
METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 1999
ESTADO DO CEARÁ

MÊS	CADASTRADOS			VAGAS			CONVOCADOS			ENCAMINHADOS			COLOCADOS			ENC.P/TREINAMENTO		
	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P	PREV.	REAL	R/P
JAN	11.479	24.171	2,11	3.548	3.833	1,08	2.252	2.123	0,94	7.538	7.491	0,99	2.412	2.534	1,05	723	311	0,43
FEV	9.964	15.629	1,57	2.997	3.479	1,16	1.943	2.088	1,07	6.508	6.737	1,04	2.635	2.461	0,93	724	81	0,11
MAR	12.882	15.887	1,23	3.426	4.151	1,21	2.461	2.373	0,96	8.235	7.875	0,96	2.800	3.237	1,16	724	17	0,02
1º TRI.	34.325	55.687	1,62	9.971	11.463	1,15	6.656	6.584	0,99	22.281	22.103	0,99	7.847	8.232	1,05	2.171	409	0,19
ABR	11.999	17.047	1,42	4.016	5.156	1,28	2.400	3.019	1,26	8.030	9.640	1,20	3.305	4.067	1,23	650	52	0,08
MAI	11.924	15.580	1,31	3.591	4.837	1,35	2.430	2.446	1,01	8.130	9.430	1,16	3.317	3.527	1,06	1.152	148	0,13
JUN	10.621	14.579	1,37	3.398	5.081	1,50	2.225	2.311	1,04	7.448	10.040	1,35	2.728	3.729	1,37	2.010	16	0,01
2º TRI.	34.544	47.206	1,37	11.005	15.074	1,37	7.055	7.776	1,10	23.608	29.110	1,23	9.350	11.323	1,21	3.812	216	0,06
1º SEM.	68.869	102.893	1,49	20.976	26.537	1,27	13.711	14.360	1,05	45.889	51.213	1,12	17.197	19.555	1,14	5.983	625	0,10
JUL	13.841	13.005	0,94	4.046	4.509	1,11	2.425	1.770	0,73	8.113	8.425	1,04	2.959	3.874	1,31	5.131	92	0,02
AGO	16.561	16.680	1,01	4.032	4.755	1,18	2.654	921	0,35	8.684	8.454	0,97	3.262	3.336	1,02	5.496	336	0,06
SET	17.449	18.217	1,04	4.673	4.503	0,96	2.588	998	0,39	8.657	8.127	0,94	3.137	3.412	1,09	5.638	2.580	0,46
3º TRI.	47.851	47.902	1,00	12.751	13.767	1,08	7.667	3.689	0,48	25.454	25.006	0,98	9.358	10.622	1,14	16.265	3.008	0,18
OUT	15.445	16.315	1,06	3.817	4.306	1,13	2.333	1.074	0,46	7.841	8.844	1,13	2.964	3.114	1,05	3.372	3.560	1,06
NOV	14.185	13.763	0,97	3.843	5.050	1,31	2.342	993	0,42	7.870	9.360	1,19	2.984	4.155	1,39	2.566	2.328	0,91
DEZ	13.091	8.544	0,65	3.533	3.375	0,96	2.190	381	0,17	7.460	6.068	0,81	2.751	2.357	0,86	2.188	1.362	0,62
4º TRI.	42.721	38.622	0,90	11.193	12.731	1,14	6.865	2.448	0,36	23.171	24.272	1,05	8.699	9.626	1,11	8.126	7.250	0,89
2º SEM.	90.572	86.524	0,96	23.944	26.498	1,11	14.532	6.137	0,42	48.625	49.278	1,01	18.057	20.248	1,12	24.391	10.258	0,42
ANUAL	159.441	189.417	1,19	44.920	53.035	1,18	28.243	20.497	0,73	94.514	100.491	1,06	35.254	39.803	1,13	30.374	10.883	0,36